AS OCUPAÇÕES DE TERRA E A IGREJA EM SÃO PAULO
1981 - 1985

Silvio Caccia Bava

Coleções Cadernos CEDEC nº 13 São Paulo, 1988

1. Introdução

A partir de 1981 se inaugura em São Paulo um novo tipo de movimento popular. São as ocupações coletivas de terrenos públicos e particulares por grupos de baixa renda que não encontram alternativa para seus problemas de moradia.

A recessão, o desemprego, o arrocho salarial, a espoliação urbana, tudo isso certamente tornou a vida de amplos setores populares um verdadeiro pesadelo. E entre os problemas que esta população teve de enfrentar está a questão da moradia.

Mas o fato da situação de moradia se tornar crítica para uma parcela crescente e majoritária dos trabalhadores não determina, no entanto, que estes se mobilizem em defesa do seu direito à moradia. A miséria não leva necessariamente à mobilização. As interpretações mecanicistas de que as greves são frutos dos baixos salários ou as mobilizações populares são consequência da espoliação urbana, esbarram nos dados da própria realidade brasileira, onde 61,2% da população economicamente ativa não chega a receber nem dois salários mínimos mensais e estão abaixo do que é considerado "a linha da pobreza" (1).

Quais serão, então, os outros elementos de análise que devemos introduzir para interpretar a emergência dos movimentos de massa e, entre eles, as ocupações de terra urbana enquanto práticas coletivas?

Sem dúvida teremos de considerar as práticas de resistência popular que foram construindo uma teia de organizações de base - comissões, entidades, grupos de fábrica, oposições sindicais, movimentos - e permitiram, a partir das experiências vividas nestes espaços de reivindicação e conflitos, construir iniciativas de mo-

(1) JAGUARIBE, Helio; "Brasil 2000", Ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986, pp. 64.

bilização popular.

A recuperação da história destas mobilizações e da aquisição de uma consciência de direitos por parte da população trabalhadora passa necessariamente pelo reconhecimento da importância do trabalho pastoral da Igreja Católica nos bairros da periferia das grandes cidades brasileiras.

Durante os anos de resistência à ditadura, particularmente a década de 70, a Igreja incentivou a organização popular, a luta dos trabalhadores pelos seus direitos de cidadania, impulsionando em seu meio práticas de reivindicação e de luta pelos direitos humanos que resultaram na proliferação de entidades e movimentos sociais que vão, progressivamente, se independentizando do apoio da Igreja para possuírem uma vida autônoma.

Na origem da maioria das entidades populares que hoje estão na linha de frente da luta social, esteve presente a intervenção da Igreja Católica. Qualificar esta intervenção é uma questão central para o entendimento do processo de organização das classes trabalhadoras. Qual o papel que teve e têm as organizações da Igreja Católica - particularmente, as comunidades eclesiais de base e seus agentes pastorais - no processo de organização e de luta das classes trabalhadoras?

A reconstrução das experiências de mobilização popular demonstra a presença e uma ação diferenciada tanto da hierarquia quanto das bases populares da Igreja Católica, seja a nível regional, seja a nível das diferentes frentes de conflito social.

No que diz respeito aos conflitos de terra urbana na cidade de São Paulo, mais especificamente às ocupações ocorridas no início dos anos 80, a Igreja assumiu um papel diferenciado de região para região da cidade. O que não se explica, evidentemente, apenas pela atuação da Igreja, mas também pela história de lutas dos trabalhadores de cada região e pela reação das autoridades locais.

De toda forma, tem sido fundamental para a expressão social e política das classes trabalhadoras no processo de construção de suas múltiplas identidades, a presença e atuação da Igreja Católica no apoio, e muitas vezes mais que isso, na própria luta por seus direitos. Entender o que tem sido a atuação da Igreja Católica junto às ocupações de terra urbana é uma necessidade para captar a dinâmica do conflito social e a importância dos agentes que sobre ela atuam.

Este texto se propõe a contribuir para um aprofundamento da discussão Igreja X Movimentos Sociais, neste sentido busca situar historicamente a questão da moradia, reconstruir a história das ocupações do início dos anos 80 em São Paulo e discutir a ação dos agentes pastorais e da Igreja Católica nestes movimentos.

2. A Crise da Moradia Popular

O problema da moradia sempre existiu para os trabalhadores de São Paulo. Desde o começo do século as políticas de governo reservaram os porões e os cortiços da cidade para a moradia popular. Até os anos 40 a grande maioria dos trabalhadores e da classe média morava de aluguel em casas de cômodos, cortiços construídos pela iniciativa privada para serem alugados. Nesta época esse era considerado um bom investimento e havia até capitalistas que só viviam disso. "O problema da habitação popular, antes da década de 30, não conheceu a ação estatal... a produção de moradias era de iniciativa privada com o objetivo do aluguel." (2)

Em 1942 o governo promulga a Lei do Inquilinato e congela o preço dos aluguéis. Esse congelamento, que irá durar até 1964, tem repercussões profundas no mercado habitacional, na oferta de

(2) Kowarick, Lúcio e Bonduki, Nabil; "Espaço Urbano e Espaço Político: condições de vida e lutas sociais"; no prelo; São Paulo; 1988.

moradias para aluguel. A política do governo foi dirigir todos os capitais disponíveis para a industrialização do país. Sem o lucro dos aluguéis, a construção das casas de cômodos deixa de ser um negócio interessante e tem início uma grande crise de moradia.

É nesta época que começam a surgir os loteamentos na periferia. Também surgem as primeiras favelas.

O governo obriga os trabalhadores a buscarem regiões longínquas, distantes do centro e dos seus locais de trabalho. E para viabilizar a segregação dos trabalhadores na periferia, ele substituiu os bondes pelos ônibus como principal meio de transporte de massa. A CMTC é criada em 1937, pouco antes da Lei do Inquilinato.

Muda o padrão de moradia das classes trabalhadoras. A autoconstrução, progressivamente, passa a ser a forma adotada pela maioria para enfrentar o problema da moradia. Nos fins-de-semana, nos feriados, depois da jornada de trabalho, por meses e até anos a fio os trabalhadores e seus familiares, às vezes com a ajuda dos vizinhos, construíram suas casas.

Das casas de aluguel os capitalistas que exploram a produção da cidade passam a construir loteamentos na periferia. E ignoram as leis que exigem a doação de 40% da área dos loteamentos para o município (20% para os sistemas viários, 15% para áreas verdes e 5% para uso público institucional).

Esses loteamentos, construídos à margem das leis e por isso chamados de loteamentos clandestinos, foram a principal forma de expansão da cidade nos anos 50 e 60. Associados ao processo de autoconstrução de moradias pelas classes trabalhadoras, caracterizam o padrão de crescimento urbano da época.

Em 1980 a EMURB - Empresa Municipal de Urbanização - estimava em 4.000 o número de loteamentos clandestinos em São Paulo. E apontava que estes loteamentos ocupavam mais da metade da área

total da cidade. (3)

Um processo de tamanha importância só pôde existir com a conivência das autoridades, isto é, com o apoio dos governos que se sucederam dos anos 40 aos anos 60 em São Paulo.

O prejuízo, como sempre, era dos trabalhadores. E tinha um duplo sentido. Em primeiro lugar pelo preço da terra, através das infindáveis prestações mensais que acabavam não dando direito à escritura por força da irregularidade do loteamento. Isso sem falar na perda em termos de qualidade de vida no bairro, sem áreas para ruas, praças, creches, escolas, para o verde. Em segundo lugar pela ocupação do tempo de descanso na autoconstrução da moradia, o que configura uma dupla jornada de trabalho que faz com que o custo da habitação recaia sobre o trabalhador.

Pode-se dizer que nesta época a política habitacional popular do governo consistia em permitir aos empresários a implantação ilegal de loteamentos que sacrificavam a qualidade de vida de seus moradores.

O Estado começa intervir na produção de moradias populares já em 1939, mas o faz em uma escala muito reduzida e atende basicamente aos funcionários públicos através dos Institutos de Previdência, da Fundação da Casa Popular, da Caixa Econômica Federal e da Caixa Econômica do Estado de São Paulo. Essa é a política até 1964. (4)

Nos anos 50 e 60 São Paulo cresce, se industrializa e produz um aumento enorme no tamanho das classes trabalhadoras. Para cá imigram populações de todos os cantos do Brasil.

E acontece 1964. O golpe militar vai encerrar o período

---

(3) Maricato, Erminia: "Política Habitacional No Regime Militar: do milagre brasileiro à crise econômica"; Ed. Vozes: Petrópolis; 1987.

(4) Kowarick, Lúcio e Ant, Clara; "100 anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo"; paper mimeo. São Paulo 1981.

de vida democrática do país que se estendia desde 1945 e vai também, mais uma vez, mudar o padrão de urbanização da cidade. A consequência desta mudança é que os trabalhadores são expulsos dos loteamentos clandestinos da mesma forma que seus avós foram expulsos dos cortiços nos anos 40. Expulsos pela especulação imobiliária, pelo preço da terra, pelo arrocho salarial. Nunca podemos esquecer que o "milagre brasileiro" se fez confiscando os salários e dirigindo a riqueza produzida para a ampliação do parque industrial.

É quando se cria o Banco Nacional de Habitação e o Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - o FGTS -, que passa a ser gerido pelo BNH juntamente com os recursos das cadernetas de poupança formando o Sistema Financeiro de Habitação, o SFH. Não é demais lembrar que os recursos do FGTS são 8% dos salários de todos os trabalhadores.

Este poderoso sistema financeiro se propõe a atuar na construção de casas populares e de moradia para as classes médias. Trata-se de uma intervenção vigorosa do Estado no mercado imobiliário, a exemplo do que fez em outros setores da economia. De 1968 à 1980 o BNH financia cerca de 2.000.000 de habitações. O seu público, entretanto, foram as famílias com rendimentos superiores a 12 salários mínimos mensais.

Como analisa Ermínia Maricato, "o sucesso do Sistema Financeiro de Habitação no Brasil desde sua estruturação em bases exequíveis em 1968, até 1980, quando entra em profunda crise em consonância com toda a economia do país, se deveu exatamente ao fato de ignorar os setores de menores rendimentos da população e tratar a habitação como uma mercadoria a ser produzida e comercializada em moldes estritamente capitalistas". (5)

A verdade é que do total de investimentos do BNH até 1975,

(5) Maricato, Ermínia; op.cit.; pag. 52.

o que foi destinado a habitação popular, para atender as famílias com renda entre 1 e 5 salários mínimos, não passou de 9%.

Em 1973 o BNH volta-se para a construção de grandes conjuntos habitacionais se propondo a atender a população que ganha de 3 a 5 salários mínimos. Através da Cohab, em São Paulo o BNH financia 84.000 habitações de 1975 a 1978. É o maior programa de moradias populares já compreendido e nele estão compreendidos os grandes conjuntos de Itaquera I, II e III.

O aparente sucesso dos projetos Cohab foi, entretanto, o de ter atendido não aos trabalhadores da baixa renda, mas a setores de classe média baixa. Os conjuntos destinados aos trabalhadores com renda até 5 salários mínimos foram, na verdade, ocupados por famílias de renda superior. A população mais pobre continuou desatendida.

O rebaixamento do padrão de vida das classes médias no começo dos anos 80, em plena recessão e desemprego, é demonstrado pelas longas filas de espera junto a Cohab-SP. Em 1983 havia inscritos cerca de 450.000 pessoas.

E o que acontece com a população mais pobre nos anos 70?

Expulsos dos loteamentos clandestinos pela especulação imobiliária, o preço da terra, o preço dos aluguéis, centenas de milhares de trabalhadores são obrigados a buscar nas favelas seu local de moradia. Favelas que, em sua maioria, não tinham nem água, nem luz. É nesta época também que a pobreza, a fome, a falta de saneamento provocaram o aumento da mortalidade infantil e epidemias como a de meningite.

"Enquanto o valor do salário se reduziu à metade entre 1959 e 1978, o preço do metro quadrado de terreno, neste período, chegava quase a triplicar". (6)

---

(6) Kowarick, Lúcio e Bonduki, Nabil: op.cit. pag. 20.

O arrocho salarial, aliado à política do governo que consistia em simplesmente ignorar as necessidades de moradia dos trabalhadores provocou não só uma concentração maior de pessoas nas favelas existentes, como uma expansão incrível do número de favelas em São Paulo. Uma parcela cada vez maior da população foi sendo encurralada nos morros, nas beiras de córregos, nos barrancos da cidade.

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO FAVELADA EM SÃO PAULO

ANO	Nº DE PESSOAS FAVELADAS	Nº DE BARRACOS	% DE FAVELADOS NA POPULAÇÃO TOTAL
1968	43.200		0,8
1973	71.840	14.304	1,0
1978	322.160	64.430	4,0
1980	509.450	99.890	6,0
1985	629.300	115.250	6,3
1988	818.872	150.500	7,8

1968 - Kowarick, Lúcio: "A Espoliação Urbana"; op. cit.; pag. 77.

1973 - Secretaria do Bem Estar Social do Município de São Paulo; "Estudo Sobre o Fenômeno Da Favela No Município De São Paulo": boletim Habi: Caderno Especial nº 01; São Paulo; 1974.

1978 - Taschner, Suzana Pasternak; "Favelas: Fatos e Políticas"; in Revista "Espaço & Debates"; nº 18; São Paulo; 1986.

1980 - Taschner; op. cit.

1985 - Taschner; op. cit.

1988 - Secretaria de Habitação do Município de São Paulo;"Censo das Favelas"; in Diário Oficial do Município; 28/04/1988.

Mas não foi só o número de favelados e de favelas que aumentou. A situação nas favelas também piorou. Se em 1973 e-

xistiam 5 pessoas vivendo em cada barraco, em 1988 este número sobe para 5.4, o que indica que as condições de vida ficaram ainda piores.

A pauperização das classes trabalhadoras fez com que, juntamente com o aumento das favelas, também aumentassem os moradores de cortiços e de habitações precárias da periferia.

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO CORTIÇADA EM SÃO PAULO

ANO	Nº DE PESSOAS CORTIÇADAS	% DOS CORTIÇADOS NA POPULAÇÃO TOTAL
1961		18
1975	615.000	9
1980	1.698.150	20
1988	2.970.000	28

1961 - Langenbuch, M.D. Barruel de; "Os Cortiços De São Paulo". Revista Anhembi; nº 139; São Paulo; 1962.

1975 - Secretaria Do Bem Estar Social Da Prefeitura do Município de São Paulo. "Diagnóstico Sobre O Fenômeno Do Cortiço No Município De São Paulo" São Paulo, 1975.

1980 - Coordenadoria Geral de Planejamento do Município de São Paulo, "Plano de Governo"; São Paulo; 1980.

1988 - Secretaria de Habitação do Município de São Paulo; 1988.

O CRESCIMENTO DA POPULAÇÃO EM HABITAÇÕES PRECÁRIAS EM SÃO PAULO

ANO	Nº DE PESSOAS EM HABITAÇÕES PRECÁRIAS	% DOS MORADORES NA POPULAÇÃO TOTAL
1975	1.800.000	26
1980	2.420.000	23

1975 - Kowarick, Lúcio; "A Espoliação Urbana", op. cit.

1980 - Secretaria de Habitação do Município de São Paulo; 1980.

A evolução do número de pessoas que habitam moradias precárias na periferia de São Paulo aumentou em termos absolutos, mas decresceu na participação no conjunto da população moradora da cidade. Isso se explica pelo processo de expulsão dos moradores destas habitações para as favelas e para regiões mais distantes da periferia. O rebaixamento do padrão habitacional das classes médias fez com que esses setores sociais, especialmente na sua faixa inferior, ocupassem estas áreas que foram se valorizando pela extensão gradativa dos serviços públicos e tornando-se cada vez mais inacessíveis à população de renda mais baixa.

Mas os anos 80 rebaixarão ainda mais as condições de vida dos setores populares de menor renda. Muitos não conseguirão sequer um lugar nas favelas e cortiços da cidade.

Em 1981 tem início a ocupação de terras urbanas enquanto uma prática coletiva em São Paulo. A ocupação da fazenda Itupu, do IAPAS, na zona sul de São Paulo, reúne milhares de pessoas que não tem mais onde morar. Depois dela seguem-se centenas de outras ocupações.

Essas ocupações não se dão somente em terrenos públicos. Elas atingem também a propriedade privada, os terrenos particulares. E a prática do governo, na maioria dos casos, tem sido a expulsão dos ocupantes com o uso da violência, da repressão.

Não se trata de migrantes que não encontram mais lugar na cidade. Os que tem sua condição de moradia rebaixada são antigos moradores da cidade. Muitos deles já estão nas favelas há mais de 10 anos e esta é também prova de que a favela não é mais um lugar de passagem como tantos tinham esperança que fosse. É de se notar que mais de 50% dos barracos, hoje, são construídos de alvenaria. (7)

---

(7) Secretaria de Habitação do Município de São Paulo; "Censo de Favelas"; 1988.

Essa situação não é fruto de uma crise conjuntural da economia e da sociedade brasileira e paulistana. Ela tem uma trajetória que é a própria história do desenvolvimento do capitalismo brasileiro e de como a ótica do lucro produz as relações sociais e o espaço urbano.

3. As Ocupações de Terra: uma prática popular antiga

> "Não estou mais disposto a ver meus filhos passando necessidade porque o salário que ganho não dá nem para comer. Agora, só morto, saio do meu terreno".
>
> "Estou aqui desde domingo e eu sei que lá em casa nem adiantava voltar que comida não tem mesmo para todo mundo. Eu falei prá mulher ter paciência, que a gente precisa agora é defender este pedacinho de terra".
>
> "O pessoal não tem mais prá onde ir. Como fazer prá pagar aluguel? O meu está atrasado há três meses, e terreno da prefeitura tá tudo tomado. Tem mesmo que dormir no terreno do governo e fazer moradia. (8)

As ocupações de terra não são novidade em São Paulo, nem em qualquer das grandes cidades brasileiras. Pela ausência de uma política habitacional de caráter social, pelo aumento do preço da terra, dos aluguéis e dos materiais de construção que contrastam com a deterioração salarial, na prática, as ocupações tem se tornado um dos principais caminhos para que os mais pobres consigam um teto para morar.

Já na década de 40, em Salvador, registram-se ocupações como a do Gingibirra, onde o povo, depois do rápido erguimento dos casebres, sofre a repressão das forças policiais, muitos são presos, suas casas são derrubadas. É o enfrentamento com a polícia, a resistência popular, que faz com que o governador Otávio Mangabeira determine a doação do terreno aos invasores. Esta his

(8) Depoimentos colhidos junto aos posseiros da Fazenda Itupu pela Folha de São Paulo, 07/09/81.

tória se repete em outras ocupações, como as do Corta-Braço e Alagados, onde corre muito sangue, ocorrem mortes, e, ao final, o governo do Estado acaba por doar o terreno aos invasores. Fato que também ocorre com a ocupação, por 300 famílias, da Baixa do Marotinho; a repercussão na imprensa da resistência e da expulsão dos posseiros faz com que o governador, contrariando as medidas do prefeito, acabe decidindo doar os lotes aos posseiros expulsos. (9)

Em Recife, data de quase 30 anos atrás a ocupação e resistência vitoriosas de Brasília Teimosa, que conta no final dos anos 70 com 3.000 famílias residentes (10). Também lá as ocupações de terra urbana intensificam-se ano após ano. Os mocambos, que eram cerca de 45.000 em 1960, chegam a somar 150.000 unidades em 1973, abrigando nada menos que 57% da população do Recife, que andava por volta de 1.400.000 habitantes na época. Todas as transformações por que passa a cidade com intenso crescimento urbano devido principalmente aos enormes contingentes de imigrantes que, vindos do interior, esperam conquistar dias melhores em Recife, são um processo contínuo de conflitos sociais, uma sequência infindável de expulsões dos posseiros urbanos das áreas que vão se valorizando por estarem mais próximas do centro ou em regiões preferidas pelas classes mais abastadas.

Antes dos anos 70, o processo de invasão dos terrenos desocupados da região metropolitana do Recife era uma ação espontânea, individual, que durava, às vezes, 30, 40 anos para completar a ocupação da área, como foi o caso da Ilha do Joaneiro, do Mata Sete. Recentemente, as populações mais pobres passam à

---

(9) "Por um lugar onde morar: subsídios para uma história das invasões e dos desabrigados em Salvador"; anônimo, publicado nos Cadernos do CEAS, nº 37, maio/junho 1975.

(10) SANTOJA LEITE, Álvaro L.; "Urbanização e Conflitos Urbanos: o caso do Recife"; in Cadernos CEAS, nº 49, maio/junho 1977.

resolver seu problema de moradia ocupando rápida e coletivamente terrenos que escolhem previamente. São centenas de famílias que possuem um mínimo de organização e contam com o apoio de associações, sindicatos, setores políticos oposicionistas. O mesmo acontece em Salvador, onde o apoio às ocupações se deu pelo "Trabalho Conjunto" - uma articulação de entidades, sindicatos, parlamentares que dava sustentação aos movimentos de ocupação de terra.

Existem registros de que, de 1970 a 1981, ocorreram mais de 60 ocupações de terra no Grande Recife, com uma concentração de ocorrências de 1979 a 1981. (11)

Estes exemplos de Salvador e Recife pretendem apontar que as ocupações de terra urbana são um fenômeno nacional, ocorrem em todos os grandes centros urbanos e tem demonstrado que o Estado não tem qualquer iniciativa no sentido de enfrentar o problema da moradia da população de baixa renda de nosso país.

O cerne do problema em sua dimensão urbana está na concentração da propriedade da terra e na especulação imobiliária que se faz particularmente a partir dos investimentos públicos, os quais valorizam áreas que antes não mereciam a atenção dos investidores.

Na cidade de São Paulo no fim dos anos 70, em razão de vários fatores, passa a haver um maior controle dos poderes públicos sobre o uso de terra urbana que inibe o surgimento de novos loteamentos clandestinos. As prestações da compra destes terrenos elevam-se proibitivamente, os terrenos mais acessíveis em termos de custos são muito distantes do centro e o custo da condução torna-os inviáveis, os reajustes dos aluguéis são impossíveis de serem pagos por famílias que empregam seus salários ba-

(11) "Acesso à Terra Urbana e Movimentos de Bairros", Recife, 1981 - Subsídio para o Seminário sobre o Solo Urbano, feito pela Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de Olinda e Recife.

sicamente em alimentação e transporte. (12)

O início dos anos 80 traz a recessão e o desemprego. Em 1981, 27% da população trabalhadora da Grande São Paulo está desempregada (16%) ou sub-empregada (11%).

A inflação salta de 110% em 82 para 235% em 84. A perda do poder aquisitivo real dos salários é muito grande. Em 12 meses (março/83, março/84) ele cai 34%. (13)

Esta situação crítica de moradia da população de baixa renda, contrasta com o enorme estoque de terrenos ociosos na capital. O Município de São Paulo tem 30% de sua área urbana vazia. São 288.000 terrenos vagos que abrangem um total de 187 km^2. Esses terrenos pertencem a particulares (47 km^2)e à União. Estado e Município (140 km^2). (14)

A área vazia é enorme e impressiona ainda mais saber que 70% destes terrenos vazios possuem algum tipo de equipamento público e 26% é totalmente servido por água, rede de esgotos, ruas pavimentadas, transportes, escolas, clínicas de saúde, etc. (15)

É a partir desta situação de segregação e expulsão espacial que as ocupações de terra, principalmente de propriedade da prefeitura, intensificam-se nos anos 70. São, no entanto, ocupações que se fazem a partir de iniciativas individuais, silenciosas. As famílias de migrantes iam chegando e logo levantavam um barraco numa área livre qualquer, mais ou menos próxima de

---

(12) Bonduki, Nabil; "Construindo Territórios de Utopia"; tese de mestrado; FAU-USP; 1986.

(13) Stroh, Paula; "A Igreja e o Movimento dos Desempregados"; CEDEC; São Paulo; 1987.

(14) Câmara Municipal de São Paulo: Relatório Final da Comissão Especial de Inquérito sobre Problemas de Moradia: São Paulo: 1984 (os dados se referem a levantamento de janeiro de 1983).

(15) Campanário, Milton de Abreu; "O Mercado de Terras e a Exclusão Social na Cidade de São Paulo", in "Terra de Habitação X Terra de Espoliação", Ed. Cortez, São Paulo, 1984.

onde haviam conseguido trabalho. Com o tempo, outras famílias chegavam, construíam também e, aos poucos, uma grande favela estava montada.

Estas invasões, de certa forma, foram até mesmo incentivadas pela própria prefeitura que, incapaz de resolver o problema da moradia, chegou até a criar um sistema de ajuda para que a família construísse seu barraco em terreno invadido (16). Há numerosos depoimentos de obtenção de ajuda financeira e em material de construção oferecida pela Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, através do programa FUNAPS - Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitações Sub-Normais - destinado à compra de lotes, material de construção e melhorias gerais de habitação para famílias de baixa renda.

Contudo, o crescimento do número de favelas e o adensamento das já existentes vão provocar uma situação inusitada no final dos anos 70. Começam a escassear os terrenos municipais livres e as favelas já existentes não comportam mais novos barracos. Na região de Campo Limpo, por exemplo, de 1978 a 1983 as favelas cresceram 2.000%. Nas 170 favelas existentes abriga-se 20% da população da região. São mais de 100.000 favelados que esgotam a possibilidade de instalação de novos barracos (17). Não será por acaso que aí ocorrerão várias das mais importantes ocupações coletivas do início dos anos 80.

"Hoje ter um terreninho nú e crú é aspiração consagrada da grande maioria da população de baixa renda. O rebaixamento das condições de habitação atingiu tal profundidade que boa parte dos trabalhadores de pequena renda perdeu a referência do que significa habitar numa cidade". (18)

---

(16) Jornal "O Movimento", nº 328, 12 a 18/10/81.
(17) Falcão, Maria do Carmo; "Um Movimento Popular", Cadernos Praxis, nº 1, Ed. Cortez, São Paulo, 1983.
(18) Bonduki, Nabil; "Construindo Territórios de Utopia"; op.cit.

E para a conquista do terreno os trabalhadores passam a organizar-se e a agir coletivamente: "as invasões ocorridas nestes últimos anos (anos 80) na cidade demonstraram tratar-se de um processo diferente da formação tradicional de favelas. A favela se caracteriza por um processo de ocupação lento, paulatino e gradual. Na "invasão" é marcante o processo de conscientização e organização de numerosas famílias que se originam de desempregados e ou despejados de casas alugadas. Não é mais o migrante, é o expulso da cidade" (19).

De junho de 1981 a maio de 1984 ocorreram 61 invasões de terras particulares e públicas em São Paulo envolvendo cerca de 10.000 famílias e cerca de 2.000.000 de metros quadrados de terra. (20)

4. As Ocupações em São Paulo: novos movimentos sociais

Pode-se dizer, com segurança, que as ocupações de terrenos públicos acabaram não só por ser toleradas pelas autoridades municipais, mas mesmo incentivadas como única saída para o impasse de não se possuir uma moradia. As famílias necessitadas tinham seus casos tratados isoladamente e muitas vezes eram encaminhadas para as favelas já existentes ou em formação. Reações violentas do Estado se dão quando estas ocupações assumem uma dimensão coletiva e envolvem centenas de famílias em um único movimento. Associada à reivindicação material, está presente uma contestação mais abertamente política que, explícita ou implicitamente, denuncia as desigualdades sociais e o caráter classista das políticas públicas na sociedade brasileira. Está pre-

(19) Godinho, Martha Terezinha; "Conflito de Terras"; paper apresentado à 36ª Reunião da Sociedade Brasileira Para o Progresso da Ciência; São Paulo; 1984.
(20) Godinho; op.cit.

sente uma desobediência civil às leis que regem as relações entre as classes sociais que, da ótica do Estado, precisa ser reprimida. Do ponto de vista das classes dominantes, a negociação não é mais possível pois o que está em jogo não é a concessão da terra. Trata-se de garantir o respeito aos instrumentos de dominação que subjugam as classes trabalhadoras. Nesse sentido, a questão das ocupações de terra em São Paulo passa a preocupar governantes até na esfera federal, como ocorre com a ocupação de Itupú, e provoca a manifestação do Conselho de Segurança Nacional, que vê nestas ocupações coletivas um perigo para a estabilidade política.

Em consequência as ocupações coletivas passam a ser reprimidas e os posseiros urbanos expulsos das áreas que ocupam. Não está em questão os direitos dos trabalhadores que não possuem um lugar onde morar. Está em questão a capacidade do regime de destruir o que entende que sejam focos de rebelião, derrotar as iniciativas de desobediência civil expressas nestas ocupações. Para enfrentar esta situação, o governo assume a tática da intimidação e, em última instância de repressão aberta.

Da ótica dos trabalhadores mobilizados, a pressão dos movimentos de ocupação de terras através da ação direta coloca a necessidade do Estado responder às suas demandas. A ocupação é vista como um ato de força legítimo que busca impor as autoridades a abertura de negociações. Em sua maioria, as famílias envolvidas nestes movimentos se dispõem a pagar o terreno que ocupam ou outro designado pelo Estado para seu assentamento.

Esses movimentos de ocupação são integrados, em sua grande maioria, por famílias analfabetas, sem qualquer experiência de participação anterior. em movimentos reivindicatórios ou entidades populares. A situação de exclusão sócio-econômica destas famílias se transforma em mobilização quando encontra um canal de organização e expressão coletiva de suas necessidades.

E em muitos casos são as comunidades eclesiais de base e outros organismos da Igreja Católica que propiciam as condições para que esta vontade dispersa, desarticulada, se transforme em movimento social.

4.1. As Ocupações da Zona Sul

4.1.1. Antecedentes

A periferia da zona sul de São Paulo é uma região em que desde o início dos anos 70 os trabalhadores vem se organizando em movimentos reivindicatórios. Talvez seja a região com mais tradição de luta entre todas de São Paulo, depois de 1964. Foi aí que surgiram movimentos como o do custo de vida, pela melhoria nos transportes, a luta por creches, por escolas, água, pela regulamentação de loteamentos clandestinos.

A história destas lutas já possui um amplo registro e no bojo destes movimentos foram se criando formas de organização que acabaram por formar uma rede articulada de sustentação das lutas populares nos bairros e nas fábricas (21). A grande maio-

(21) Entre outros podemos destacar os seguintes estudos:
- Caccia Bava, Silvio; "Práticas Cotidianas e Movimentos Sociais"; dissertação de mestrado; FFLCH-USP; Mimeo; São Paulo; 1984.
- Telles, Vera da Silva; "A experiência do autoritarismo e p práticas instituintes"; dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de Ciências Sociais da FFLCH-USP; São Paulo, 1984.
- Sader, Eder S.; Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980); São Paulo, 1987. 341 p. (tese doutorado FFLCH-USP).
- Gohn, Maria da Glória M.; "Reivindicações Populares Urbanas"; Autores Associados; Cortez, São Paulo, 1982.
- Krischke, Paulo; "Loteamentos Clandestinos: Autonomia ou Dependência"; in E. Bohadana (org.) "A Cidade é Nossa"; CODECRI, Rio de Janeiro, 1983.

ria dessas formas de organização popular constituíram-se a partir do trabalho pastoral da Igreja Católica, que reunia os moradores da região para, à luz do Evangelho, discutir os problemas de suas vidas no trabalho e nos bairros em que moravam. As CEBs estiveram na origem deste processo de aglutinação e reivindicação. Foi a partir do trabalho da Igreja que surgiram os Clubes das Mães (22); da Pastoral Operária a Oposição Sindical Metalúrgica (23); a partir dos movimentos reivindicatórios formaram-se novas Sociedades Amigos de Bairro combativas; nos cursos de alfabetização discutiam-se os problemas que afligiam a todos.

O crescimento deste trabalho de organização popular associado à práticas de reivindicação foi criando uma consciência dos direitos, permitindo trocas de experiências, uma discussão mais aprofundada dos problemas da região e das lutas levadas por cada bairro.

"O nosso clube nasceu dentro do Movimento do Custo de Vida, quando este movimento já estava caminhando, lá por 1975, 76. O clube surgiu mais pensando em unir as mulheres a partir da necessidade de organização. O Movimento do Custo de Vida levantou todas as problemáticas dos bairros -alimentação, saúde, etc... A gente tinha uma rede de clubes de mães e a idéia era fazer com que as mulheres tomassem consciência dos seus direitos" (24).

Esse trabalho de organização popular, que envolvia práticas reivindicatórias, cursos de alfabetização, cursos de desenho mecânico, festas, assembléias, caravanas, compras comunitárias,

---

(22) GEP-URPLAN/REDE MULHER; "Clubes de Mães e Grupos de Mulheres de São Paulo"; Revista "Que História É Essa?"; nº 3, São Paulo, Out/1985.

(23) Faria, Hamilton; "A Experiência Operária Nos Anos de Resistência: A Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo e a Dinâmica do Movimento Operário (1964/1978)"; dissertação de Mestrado; PUC-SP; São Paulo, 1986.

(24) "Clubes das Mães e Grupos de Mulheres de São Paulo": op.cit.

foi desenvolvendo também uma consciência de solidariedade entre seus participantes que terá consequências quando das ocupações.

A articulação entre os bairros já existe desde 1974, quando o movimento por escolas faz uma caravana até a Assembléia Legislativa reunindo moradores de 22 bairros da região (25). Em 1975 o movimento de transportes realiza uma assembléia com mais de 1.000 pessoas, reunindo representantes de cerca de 40 bairros(26).Em 1979, a ausência de água encanada em vários bairros da região foi enfrentada em conjunto por moradores de 29 bairros, que se reuniam em assembléias a que davam o nome de "Assembléia do Povo".Por esta época a questão da moradia começou a se agravar.As 150 favelas localizadas na região da Administração Regional de Campo Limpo incharam com a afluência crescente de novas famílias.

Soma-se a este fato o maior rigor da parte da prefeitura no controle do surgimento de novos loteamentos clandestinos. Tal situação fez com que nos loteamentos clandestinos já existentes o preço do lote disparasse e se tornasse inacessível aos moradores da região.

Frente a essa situação, a "Assembléia do Povo", reunindo Sociedades Amigos de Bairro, Clubes de Mães, associações, grupos de rua e comunidades eclesiais de base de 27 bairros, no dia 27 de agosto de 1980, num grande encontro, decidiu enviar ao presidente Figueiredo uma moção com suas reivindicações básicas.

Não houve qualquer resposta do governo federal e a "Assembléia do Povo" decidiu pressionar o BNH para solicitar mais uma vez um plano de habitação popular para a área. A prefeitura, pressionada pelo movimento, promove algumas melhorias nas favelas existentes: a implantação de água, luz e esgoto. A melhoria das favelas agravou ainda mais o drama da superpopulação, pois acabou por atrair um número crescente de famílias que não conseguiam mais pagar seus aluguéis. E chegou um momento em que não

havia mais espaço nas favelas (27).

A situação crítica de moradia por que passavam tantas famílias da região por causa do desemprego, da inflação, do custo de vida, levou os participantes dos movimentos a discutirem qual era a alternativa, já que a solidariedade para resolver os casos individuais já não bastava. "Em muitos Clubes de Mães da região, na leitura do cotidiano que faziam, a questão da moradia emergiu com tal intensidade que a proposta de invasão partiu em geral das mulheres que induziram seus maridos a assumir".(28) Por outro lado, as ocupações individuais que silenciosa e gradualmente foram sendo feitas nos poucos terrenos ainda existentes na região acabaram recebendo a resistência dos moradores dos arredores de tal forma que se tornava impossível arrumar um lugar para morar.

Não existiam programas oficiais de habitação popular para esta faixa da população da região. A pressão sobre as autoridades, feita sob a forma de comissões que entregaram abaixo-assinados solicitando da prefeitura a compra de terras para programas de habitação popular, não resultou em nada. O contato com o BNH e a carta dirigida ao Presidente da República também em nada resultaram.

A crise de moradia atinge um número crescente de famílias que, apesar do apoio dos movimentos populares da região, não conseguiram nenhuma resposta da parte das autoridades e faz com que amadureça a proposta de ocupação de terras de forma organizada. O movimento popular invasor partiu fundamentalmente daqueles setores populacionais moradores em cortiços da região (29).

---

(27) Ricardo Kotscho; "Na Assembléia do Povo", "O Início da Organização"; Folha de São Paulo, 13/04/81.
(28) Maria do Carmo Falcão; "Um Movimento Popular"; Cadernos Praxis; nº 1; Cortez Editora; São Paulo, 1983.
(29) Maria do Carmo Falcão; op.cit.

4.1.2. As primeiras ocupações

A primeira ocupação coletiva na periferia da zona sul de São Paulo se deu em 24 de agosto de 1981, no Jardim Figueira Grande, Estrada do M'Boi Mirim, num terreno acidentado pertencente a prefeitura e destinado a área de uso comum.

Foram 70 famílias que entraram, distribuíram o terreno em lotes e começaram a erguer seus barracos. A ocupação chamou a atenção das autoridades e houve uma reunião entre as famílias posseiras acompanhadas de representantes das comunidades com o administrador regional de Campo Limpo, com o coordenador do Bem Estar Social da prefeitura e com o representante da COBES do Campo Limpo. Na reunião decidiu-se que a prefeitura faria uma contraproposta aos posseiros e estes não invadiriam a área. Como a prefeitura não apresentou contraproposta alguma, a ocupação consolidou-se e ergueram-se 48 casas.

No dia seguinte à ocupação de Figueira Grande, outro grupo, desta vez 150 famílias, ocupa um terreno de 50.000 m², no Parque Europa, ao lado da torre da Rádio Record. Terreno este de propriedade particular em sua grande parte. Apenas uma pequena área era de uso comum, pertencente à prefeitura. A ocupação começa de forma caótica, sem que os lotes que estavam sendo delimitados deixassem espaço para arruamento, bem como a entrada de água, esgoto, caminhão de lixo, ambulância, etc. As 800 pessoas que se instalavam na área estavam conscientes do risco de serem desalojadas e firmes na decisão de construir. No quinto dia de ocupação, com a participação dos movimentos populares da região, formou-se uma comissão coordenadora que assumiu diretrizes aprovadas por assembléia dos posseiros: os lotes teriam 7 x 12; as ruas 6 metros de largura; cada família teria apenas um lote; a comissão deveria investigar o grau de necessidade dos posseiros para evitar especulação; todos deveriam estar dispostos a assumir a luta. A notícia da ocupação e o fato da área ser grande a-

traiu inúmeras famílias para o local, que se somaram aos que aí estavam. Esse processo durou até que todo o terreno fosse ocupado. Ao final, eram mais de 500 famílias no movimento.

No pequeno trecho identificado como área municipal, os posseiros conseguiram água e luz junto à COBES-CL, que solicitou sua instalação à SABESP e ELETROPAULO. A auto-construção dos barracos foi se realizando e as edificações foram consolidando a ocupação. Entretanto, os advogados dos proprietários da área particular ocupada impetravam uma ação de reintegração de posse. Os posseiros, orientados por lideranças do movimento popular e agentes pastorais da igreja, foram ao bispo da região pedir o auxílio da Comissão de Justiça e Paz na defesa jurídica de seus interesses. As autoridades envolvidas foram sensibilizadas por comissões dos posseiros do Parque Europa: o administrador regional, o coordenador de COBES. Isso com o apoio do bispo da região e do presidente da Comissão de Justiça e Paz. O encaminhamento foi buscar uma audiência com o prefeito, onde os posseiros pediam a desapropriação da área pela prefeitura e sua venda em prestações que lhes fossem acessíveis.

Todo esse trabalho de negociação durou quase três meses e durante esse tempo as construções subiam. Nos 562 lotes de 72 m² cada já existiam 286 casas prontas e 156 em fase de construção; 109 famílias já estavam residindo no terreno. Para os moradores da região que acompanhavam o que acontecia, a impressão era de que a ocupação se consolidava.

A audiência com o prefeito não conseguiu ser realizada e em 10/11/81 os proprietários obtiveram a liminar de reintegração de posse. Amparados por 100 policiais-militares, pretenderam iniciar o despejo. Neste momento as lideranças do movimento popular, agentes pastorais, parlamentares, a Comissão de Justiça e Paz, se mobilizaram e conseguiram sustar por 24 horas o despejo. Pela pressão desenvolvida, o prefeito atendeu a uma co

missão de posseiros no mesmo dia, mas nenhuma solução foi encontrada e o despejo acabou por se realizar. As casas foram demolidas sob as vistas de forte aparato policial.

Das famílias moradoras no terreno, 87 foram abrigadas pela COBES-CL em uma escola municipal próxima. O Movimento decidiu que as 150 famílias que estavam ainda construindo suas casas deveriam comparecer às assembléias na escola municipal para acompanhar as negociações. Muitas famílias haviam perdido tudo o que investiram e não possuíam qualquer alternativa para morar. A manutenção das assembléias garantiu a coesão do grupo e a continuidade das negociações. As missas celebradas no próprio abrigo por padres e pelo bispo da região eram uma importante forma de expressão de apoio e solidariedade.

Nos 12 dias de duração do abrigo, as negociações com o prefeito acabaram por assegurar os seguintes resultados:

. venda de 68 lotes e material de construção para 25 m² de construção, financiados pelo SFH em 25 anos com uma prestação inicial de Cr$ 900,00;

. venda de 115 casas-embrião, de 25 m², com prestação inicial de Cr$ 2.036,00, para serem entregues a partir de março de 1982;

. pagamento de 3 meses de aluguel para todas as famílias despejadas;

. oferta de emprego para os desempregados (o que depois acabou por não se realizar).

Essas conquistas dos posseiros do Parque Europa foram celebradas como vitórias e acabaram por contribuir para a organização de um movimento por moradia na zona sul, que terá sua história referida mais à frente.

4.1.3. ITUPU

As ocupações no Jardim Figueira Grande e no Parque Europa estimularam o interesse de centenas de famílias que viviam

as mesmas dificuldades de pagar o aluguel. Assim, os representantes dos movimentos populares, os parlamentares, os militantes das CEBs que apoiaram essas primeiras construções, viram-se pressionados por famílias das favelas do Figueira Grande, do Jardim Boa Esperança e mesmo por aqueles que se dirigiram ao Parque Europa mas não encontraram mais um espaço na área ocupada. A pressão ia no sentido de se organizar uma nova ocupação que pudesse alojar a todos os necessitados. Foi lembrada a área da Fazenda Itupu, que tinha sido objeto de um pedido ao Presidente da República para que lá se desenvolvesse um programa de habitação popular.

As lideranças locais discordavam quando ao encaminhamento do movimento. Embora todos considerassem, conforme o próprio discurso da Igreja, que o direito à moradia era sagrado e se sobrepunha ao direito de propriedade, havia avaliações diferentes quanto às condições necessárias para se promover a ocupação. Uns avaliavam que não havia um grau de politização nem uma organização suficiente da parte das famílias dispostas a promover a ocupação que gerasse um movimento forte, unido, capaz de garantir a conquista da terra que ocupariam. Estas lideranças propunham um período de discussões, de reuniões, onde os interessados, cadastrados no movimento, fariam discussões e amadureceriam a proposta da ocupação. Outros, entretanto, entusiasmados com o sucesso das ocupações do fim-de-semana anterior e apostando mais na potencialidade da mobilização popular do que num trabalho de conscientização e organizativo, propunham a ocupação da Fazenda Itupu para o próximo fim-de-semana. Acaba prevalecendo a proposta de ocupação já e começam os preparativos para isso. A notícia de que iria haver uma nova ocupação começa a correr de boca em boca, um parente contando para outro, avisando de que haverá um terreno para aqueles que se somarem ao movimento...

No domingo, dia 6 de setembro, é realizada, às 8:00 horas da manhã, uma assembléia no campo de futebol do Figueira

pecial, os cristãos, não ter tido a participação na orientação, articulação, ou execução do movimento de ocupação, ao contrário do que tem sido ventilado por certos órgãos de imprensa". (34)

Em seu pronunciamento, entretanto, D. Paulo declara que a partir do momento que a população ocupou as terras do IAPAS, a Igreja não ficará alheia aos acontecimentos pois "os que hoje ocupam aquelas terras não podem ser expulsos com violência, mas precisam ter alguma alternativa diante dos seus olhos. Para tanto, a Igreja vai ajudar no que for possível"... No mesmo dia, em nota oficial, a Comissão de Justiça e Paz declara que "o apoio que a Igreja deve dar aos ocupantes é no sentido de ampará-los para que não venham a ser instrumentalizados por grupos, entidades, organizações e pessoas interessadas na radicalização política ou no processo de incompatibilizar o trabalho pastoral da Igreja com o projeto democrático no qual está empenhada, conforme expresso em inúmeros documentos da CNBB". Esta nota ainda declara: "...os problemas relacionados com invasões de áreas urbanas prendem-se estruturalmente à situação de injustiça em que se encontra o povo da periferia, sobretudo em matéria habitacional. É indispensável que os poderes públicos e a sociedade civil dêem prioridade urgentíssima à questão da moradia digna na área metropolitana de São Paulo". (35)

Em nota oficial o Partido dos Trabalhadores também se pronunciou em defesa dos ocupantes de Itupu, propõe a utilização dos terrenos ociosos da capital para programas de habitação popular e alerta o governo para buscar uma solução negociada junto à Comissão de Moradores. Além disso cria uma comissão com cinco de seus deputados estaduais para auxiliar a Comissão de Moradores a negociar seus interesses com as autoridades municipais.

---

(34) Jornal "Folha de São Paulo", 09/09/81.
(35) Jornal "Folha de São Paulo", 09/09/81.

As Repercussões Políticas da Ocupação

A ocupação da Fazenda Itupu provoca a reação das autoridades. O prefeito Reinaldo de Barros acusa a Igreja como responsável: "é um movimento muito bem organizado, onde as pessoas estão invadindo terras protegidas até por organizações religiosas" (30). O Departamento de Ordem Política e Social acusa o PC do B, o PT e a Igreja como responsáveis pela ocupação. O Ministro da Previdência, Jair Soares, acusa a existência de pessoas que orientam as famílias invasoras e declara que pretende apurar quem são. A polícia federal assume oficialmente as investigações. O governador Paulo Maluf exige do seu Secretário de Segurança medidas enérgicas para proibir novas invasões (31). O General Henrique Beckmann, comandante interino do II Exército, declara que "há um dedo esquerdista nisso, ou seja, o do movimento comunista internacional" e opina que a ordem e a lei devem ser mantidas e deve-se evitar o alastramento do problema. Francisco Nieto Martins, Secretário das Administrações Regionais da Prefeitura de São Paulo, acusa os bispos da Zona Leste, do Ipiranga, da Lapa e de Santo Amaro de induzirem os populares a invadirem áreas na capital. (32)

Frente às acusações, a Igreja responde através da palavra de D. Paulo Evaristo Arns, Cardeal Arcebispo de São Paulo: "nem na preparação, nem na invasão, esteve presente algum agente pastoral da Igreja"... D. Paulo garante também que as comunidades eclesiais de base não tiveram qualquer participação no planejamento ou execução da invasão das terras do IAPAS" (33).

Também a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo se manifesta: "depois de ter se certificado dos fatos relacionados com a ocupação de área urbana na Zona Sul da cidade, sente-se no dever de esclarecer à opinião pública e, em es-

(30) Jornal "Folha de São Paulo", de 07/09/81.
(31) Jornal "Folha de São Paulo", de 07/09/81.
(32) Jornal "Folha de São Paulo", de 10/09/81.

Grande. Lá estão cerca de 400 pessoas. Na coordenação estão os deputados Irma Passoni e Aurélio Peres, o vereador Benedito Cintra, alguns padres e agentes pastorais, lideranças de movimentos populares. É importante lembrar que, apesar das diferenças políticas entre os dois deputados presentes, um do PT, outro do PC do B, eles foram eleitos com os votos da região e participavam desde o início no trabalho de organização popular e nos movimentos sociais da zona sul.

A Ocupação

Depois da assembléia decidir pela ocupação e escolher uma comissão coordenadora, os presentes, munidos de enxadas, foices, dirigiram-se à Fazenda Itupu em passeata e deram início à ocupação da área: começam a capinar o terreno, delimitam seus lotes na área de 28 alqueires da Fazenda Itupu. A polícia observa à distância o trabalho dos posseiros e, quando uma viatura tenta prender um recém-chegado "para averiguações", os ocupantes de Itupu cercam a viatura e exigem sua soltura. Este é posto em liberdade e, sob aplausos dos posseiros, o camburão se retira da área.

Os boatos que correram dias antes da ocupação, a notícia da ocupação nos jornais, na televisão, fizeram com que muitas outras famílias fossem chegando dos bairros mais diversos de São Paulo, algumas até de cidades do interior. Nem todos eram necessitados. Havia também aqueles que queriam garantir um lote na ocupação com a intenção de vendê-lo depois. Dois dias depois do início da ocupação já eram 3.000 pessoas que lá estavam e não parava de chegar mais gente . Segundo depoimento do deputado Aurélio Peres "a situação tomou proporções incontroláveis".

A comissão coordenadora, através do cadastramento, identifica a presença de pessoas de 180 bairros diferentes. Todos alegando os mesmos problemas de aluguel alto, salário baixo, desemprego.

Outras reações em defesa dos ocupantes também se fazem sentir. A bancada do PMDB na Câmara Municipal sugere à Prefeitura a compra da área para a construção de conjunto habitacional para atender as famílias desabrigadas. O senador Franco Montoro propõe no Congresso Nacional a criação de uma comissão interpartidária para acompanhar o caso e encontrar uma solução que contemple as necessidades dos ocupantes de Itupu.

As Tentativas de Negociação e a Ação do Judiciário

Frente às repercussões políticas provocadas pela ocupação, o prefeito Reinaldo de Barros se dispõe a receber uma comissão de moradores que, acompanhada de parlamentares, obtém do prefeito a promessa de interceder junto ao IAPAS com o fim desta entidade transferir a área para a prefeitura.

Esta iniciativa se dá depois que a Justiça Federal concede a liminar de reintegração de posse requerida pelo IAPAS, com uso de força policial, se necessário para retirar os invasores da área.

O prefeito chega a propor ao IAPAS que o terreno seja repassado ao Banco Nacional de Habitação, que por sua vez repassaria a área para a prefeitura para que esta loteasse e vendesse a área a seus ocupantes. A prefeitura cuidaria de realizar os serviços de infra-estrutura.

A proposta de Reinaldo de Barros esbarra em decisão do Conselho de Segurança Nacional, que considera a negociação um perigoso precedente. Jair Soares, Ministro da Previdência, vai ao gabinete do Ibirapuera para informá-lo da decisão e, para o público, a informação que aparece é de que o Ministério da Previdência exige uma soma tal para a venda que não está ao alcance da prefeitura (36). A partir daí, a prefeitura toma a decisão de

(36) Revista VEJA, 16/09/81.

exigir a reintegração de posse de todas as suas áreas ocupadas coletivamente pela população.

Expulsão dos Posseiros de Itupu

No dia 09/09/81 o Juiz Sebastião de Oliveira Lima, da 6ª Vara Federal concede o mandato de reintegração de posse requerido pelo IAPAS. Em seu despacho, entretanto, pondera que embora o pedido esteja rigorosamente sob o amparo da lei, "a única solução viável, parece-me, não é jurídica, mas sim política e sua execução só pode ser feita pelo governo federal, através da desapropriação da área para sua transferência aos atuais detentores. A conveniência e oportunidade de tal decisão, contudo, é atribuição exclusiva do Sr. Presidente da República..."

Seu apelo, como todos os demais, cai no vazio. E frente à notícia da expulsão iminente, os ocupantes do Itupu, em assembléia, decidem permanecer na área e iniciar a construção de suas casas.

Na madrugada do dia 11/09 poucos posseiros de Itupu dormiam em suas terras. A maioria fora para seus lugares de moradia descansar e voltaria no dia seguinte para dar continuação à construção de suas casas. Eram 110 pessoas que ocupavam a fazenda do IAPAS. E contra essas pessoas foi mobilizado um aparato militar de 3.000 homens que cercaram a área e intimaram esses posseiros a se retirarem da fazenda. Depois de uma assembléia essas pessoas resolveram atender a ordem da polícia e sair pacificamente do terreno que ocupavam há seis dias...

Revoltados com o que chamaram de traição da parte do Prefeito Reinaldo de Barros, que lhes havia prometido negociar junto ao IAPAS a venda do terreno e a sua permanência nele, cerca de 200 posseiros da Fazenda Itupu, juntamente com os deputados Irma Passoni, Aurélio Peres e com o vereador Benedito Cintra, concentraram-se no dia 19/09 em frente à Prefeitura

do prefeito a promessa de uma área onde pudessem construir casas. Os manifestantes gritam: "Queremos terra, não queremos guerra" (37). A situação entretanto não se altera.

A Igreja e a Expulsão dos Posseiros

A expulsão dos posseiros de Itupu provocou a reação de vários membros da Igreja.

D. Angélico, bispo da Zona Leste, declara: "Não podemos mais nos conformar com a inércia. As autoridades não podem mais continuar omissas. Assim como colocaram quase meio exército para tirar essas pessoas de lá, é preciso que coloquem todas as forças disponíveis para resolver o problema do povo sem teto. Enquanto não houver uma reforma agrária e urbana, o povo vai continuar a ser roubado. É preciso acabar com a propriedade particular sem função social, esses latifúndios improdutivos e essa orgia de propriedades no setor urbano que não são usados nem para o trabalho nem para a moradia, mas apenas para a especulação. Isto sim é um atentado contra a verdadeira segurança nacional, que é a segurança do povo" (38).

D. Fernando Penteado, bispo de Itapecerica da Serra, região episcopal onde se situa a fazenda Itupu, declarou ser a expulsão dos posseiros "o fim de uma esperança" e determinou que em todas as missas celebradas nas paróquias da região fosse lido um comunicado onde está escrito que "hoje a realidade é outra. As pessoas foram expulsas pela polícia. O fato exige de toda a região uma reflexão mais profunda. Pedimos que todas as comunidades reflitam, a partir desses acontecimentos, sobre os graves problemas sociais como a moradia, o desemprego, a alta dos aluguéis, para, juntos, encontrarmos o caminho. Contra a

---

(37) Jornal "Folha de São Paulo", 19/09:31.
(38) Jornal "O Estado de São Paulo", 12/09/81.

força não há argumento. Mas com a justiça evangélica se encontram novos caminhos". (39)

Na avaliação dos acontecimentos, outros dois depoimentos são importantes. O dos deputados Aurélio Peres e Irma Passoni.

Aurélio condena a conduta da Igreja nos acontecimentos de Itupu. "Os representantes da Igreja tentaram segurar a massa, sempre dizendo cuidado, devagar, não vamos radicalizar. Vacilaram. A proposta deles era o recuo, porque confundem a radicalização do processo político com a confrontação física... há um recuo político da Igreja, que se nota pela condenação aberta que seus representantes fazem a certos grupos, dizendo que não podem trabalhar com eles porque são comunistas. (40)

Já Irma Passoni declara que a Igreja não teve o peso que lhe é atribuído nos acontecimentos de Itupu. Diz ela que "os terrenos públicos pertencem a nós e, se as pessoas não tem onde morar, vão mesmo invadir as áreas desocupadas, porque não tem outro jeito. O desespero é tão grande que, o que antes era feito individualmente, aos poucos, agora passa a ser de forma coletiva. Independente da vontade de qualquer entidade ou partido político". (41)

Das Ocupações ao Movimento de Moradia

Depois da expulsão dos posseiros da Fazenda Itupu, pela falta de outra opção para enfrentar o problema da moradia, as ocupações continuaram. Só que não se fizeram mais em áreas tão grandes e nem em terrenos particulares. Elas se deslocaram mais para a região do Capão Redondo, mas aconteciam todo mês, em vá-

---

(39) Jornal "O Estado de São Paulo" de 12/09/81.
(40) Jornal "Folha de São Paulo" de 13/09/81.
(41) Jornal "Folha de São Paulo" de 13/09/81.

rios lugares. Mesmo na área do Figueira Grande, do Jardim Santa Margarida regiões cuja população havia se envolvido com a ocupação de Itupu as ocupações continuaram.

"Olha, esse negócio de ocupação, isso vou dizer que quase todo mês acontece. Tem lugar que é menos, tem lugar que constrói só três casas por mês. Outros já constrói 10, 11, e sempre está acontecendo. Tem outros lugares, onde já entraram algumas famílias, que está sempre crescendo". (42)

A novidade é que estas ocupações passam a enfrentar uma maior resistência da parte dos moradores vizinhos aos terrenos ocupados. Vários casos mostram que estes moradores, por vezes com a liderança da Sociedade Amigos de Bairro, se organizam para evitar a formação de favelas em áreas próximas das suas casas.

As ocupações do Parque Europa, de Itupu e outras menores que também sofreram a repressão policial e o despejo, como a do Jardim Ingá, fizeram com que seus participantes, muitos deles integrantes de várias ocupações, se vissem frente a um impasse: não tinham onde morar e não conseguiam, através das tentativas de ocupação, se instalar em algum terreno da região.

Depois que os posseiros de Itupu foram à prefeitura e não conseguiram sequer falar com o prefeito, começou na região um Movimento de Moradia. As reuniões começaram pelo Jardim Santa Margarida, com o apoio da deputada Irma Passoni, do PT. Os trabalhos receberam também apoio da comunidade de Santa Margarida. O movimento começou por discutir a moradia como um direito fundamental e as formas de se obter recursos do Estado para habitação. Foi discutido a destinação do FGTS e o papel do BNH como financiador de habitação popular. A partir daí o movimento resol

---

(42) Entrevista com agente pastoral.

veu pressionar o BNH através de requerimentos e abaixo-assinados que exigiam a construção de habitações populares na região e o seu financiamento de acordo com a capacidade de pagamento de cada família: a reivindicação é que as prestações não ultrapassem 10% do salário mínimo. O movimento foi crescendo e foram se formando outros núcleos na Vila Remo, no Parque Santo Antonio, até que se formou também uma coordenação do movimento na Zona Sul. Só na Vila Remo foram 2.000 famílias que se inscreveram no movimento.

Foram várias as conquistas. No Parque Fernanda, hoje chamado Jardim Santa Margarida, o movimento obteve 246 casas e o projeto previu também a construção de creches, a instalação de luz, água, asfalto, áreas de lazer. Na Vila Remo o número foi menor, foram 102 casas. O movimento como um todo conquistou uma grande vitória quando o governo adquiriu uma área, a do Colégio Adventista, na estrada de Itapecerica da Serra, onde há espaço para 2.000 lotes. Até o momento aí foram construídos 620 lotes. O financiamento é para a compra do terreno e de material de construção para uma edificação de 38 m². Esta luta começou em 82 e o movimento só começou entrar na área do Adventista e construir em 7 de setembro de 1985. Muita gente desistiu, quase todos acabaram em favelas.

O Movimento de Moradia estende sua articulação, atinge a região do ABC, promove um encontro geral em 1984, outro em 1985 e estrutura a proposta de auto-gestão na construção das casas que obtém financiamento do governo. Este projeto auto-gestionário tem como inspiração a história das cooperativas habitacionais do Uruguai, relatada no encontro de moradia de 1984.

Sobre a Participação da Igreja Junto às Ocupações

De uma maneira geral, a participação da Igreja nas ocupações da Zona Sul, tem sempre o mesmo perfil: a Igreja defende o direito à moradia para todos, denuncia a injustiça social que

é expressa pela falta de casa para tantos trabalhadores e, formalmente, se coloca ao lado dos movimentos sociais como apoio às decisões e práticas deliberadas pelo próprio movimento. A Igreja funciona também como canal de mediação entre o Estado e os movimentos ou, como é mais frequente, fornece advogados, espaço para reuniões, celebra a missa como expressão da luta por justiça e da defesa dos oprimidos nas terras que ocuparam, dá apoio na forma de alimentos e dinheiro coletados nas missas.

O comportamento dos agentes pastorais e dos padres que estão diretamente ligados às comunidades e à população que participa das ocupações é um comportamento de participação ativa na organização, no movimento. Já os bispos, a Comissão de Justiça e Paz, os organismos da Igreja vinculados a Arquidiocese, estes mantem-se como instâncias de apoio. Sua posição oficial é a defesa dos direitos humanos e condenação das práticas ilegais. A lógica que preside sua ação é a de que a necessidade fez o povo se organizar em movimento e, uma vez que o povo decidiu, cabe à Igreja apoiar a sua luta porque é justa.

Como se pode observar por alguns depoimentos colhidos entre agentes pastorais que participaram, seja como apoio, seja mais ativamente das ocupações na Zona Sul, no interior da própria Igreja existem diferenças de posições quanto aos movimentos de ocupação de terras:

"... esse negócio dos lotes do Colégio Adventista, a gente colocou para o povo que estava custando demais pra sair. Que seria bom que ocupasse ele, entrasse logo de uma vez e ocupasse e depois fazia as casas. Que isso ia servir de protesto para acordar as autoridades, pra elas não ficar maltratando o povo. Mas as pessoas não aceitaram. O povo só faz ocupação quando não tiver mais jeito. Mas eu achei mesmo, e acho, que para agilizar o processo da questão das autoridades fazer as coisas,

tem que ocupar mesmo". (43)

"Olha, o bispo da região, D. Fernando, ele é uma pessoa que se precisa chamar, ele vem. Isso a qualquer hora que ligar pra ele e dizer que tem necessidade dele. Ele sempre tá aí. A gente das comunidades só convida a Igreja no caso assim de um problema que não dá pra resolver sozinhos. No trabalho normal, a gente mesmo se programa, a Igreja não. A gente é livre pra organizar as coisas, as propostas da gente, dos grupos. Mas a Igreja dá o apoio dela e precisa dar mesmo, porque o povo não tem onde se reunir". (44)

"O apoio na maior parte foi Pastoral. Várias comunidades, vários seminaristas, alguns atualmente são padres inclusive. Centro de Defesa dos Direitos Humanos, padres, agentes pastorais. As reuniões eram feitas em comunidades, certo?" (45)

"Algumas paróquias ditas mais conservadoras, e isso foi uma coisa que até surpreendeu, fizeram coletas de mantimentos, levaram dinheiro. O bispo da região manifestou seu apoio, foi feita uma celebração em defesa dos posseiros (46).

4.2. As Ocupações na Zona Norte

"Essa situação que hoje existe na Vila Paulistana, ela não começou com o movimento dos sem-terras, nem começou com o Centro de Defesa dos Direitos Humanos. Houve uma série de movimentos por aqui que são anteriores, dos loteamentos clandestinos, uma série de lutas daqui do bairro que surgiram a partir do trabalho da Igreja que já tem mais de 15 anos, quando se começou com os grupos de reflexão, o pessoal que se reunia nas casas pa

---

(43) Entrevista com agente pastoral.
(44) Depoimento de agente pastoral.
(45) Depoimento de membro do Centro de Defesa dos Direitos Humanos.
(46) Entrevista com agente pastoral.

ra rezar, ler a bíblia juntos, refletir a partir da realidade que estamos vivendo, a partir da falta de ombro, da falta de saúde, dos direitos que estavam sendo lesados. É a partir dessa situação que começam a surgir os movimentos e surge também o CDDH". (47)

O Centro já participava das lutas do bairro: loteamentos clandestinos, creche, transportes. E são lideranças da Igreja nos movimentos que impulsionam a luta pela posse de terra, o movimento por moradia que crescia a cada reunião.

Tudo começou quando uma senhora sem nenhum recurso foi ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Vila Paulistana, Zona Norte de São Paulo, e pediu ajuda. Não tinha casa para morar, e, desesperada, não sabia o que fazer. Isso foi em abril de 1983.

Os membros do Centro de Defesa, sem enxergar nenhuma outra solução possível, decidiram fazer um mutirão e construir um barraco para esta senhora. "Pela primeira vez. Eles nunca tinham feito isso. Foi uma situação nova e eles acharam que tinham que construir". (48)

O barraco foi construído de noite, escondido da polícia. E a notícia se espalhou no bairro. Várias pessoas vieram à Igreja e pediram aos padres para construirem também um barraco para eles e foram construídos mais três barracos. Para isso foi feito um mutirão de umas 20 pessoas, membros do Centro de Defesa e da Pastoral da Juventude.

Algumas pessoas que já tinham participado anteriormente do Centro de Defesa, mas que não tinham participado do mutirão e tinham suas casas em frente ao terreno à beira de um córrego no qual foram construídos os barracos, chamaram a polícia. Ela veio, não fez nada.

---

(47) Depoimento de seminarista.
(48) Depoimento de um membro do CDDH.

Os que fizeram o mutirão resolveram promover uma reunião com a Secretaria da Família e do Bem Estar Social e com o Administrador Regional. Queriam da prefeitura uma solução concreta para o problema. "Éramos muito ingênuos nesta época e nunca tínhamos nos relacionado desta forma, achávamos que eles teriam alguma proposta de saída". (49)

A reunião não apresentou qualquer solução para o problema e os membros do Centro de Defesa resolveram então criar uma comissão para organizar a luta por moradia. Na primeira reunião com as autoridades já eram mais de 100 pessoas que participavam da luta por moradia. Na seguinte já eram mais de 200 pessoas e a reunião discutiu a proposta de pleitear a "concessão do direito real de uso da terra", apresentada a eles por um advogado com o qual havia conversado e que também pertencia ao PT.

Da comissão coordenadora, eleita na primeira reunião, participavam 15 pessoas, todos membros ou simpatizantes do PT. Entre eles estava presente um seminarista. A comissão resolveu dividir os participantes das reuniões por tipo de moradia e passar slides, trazer pessoas de outras experiências de luta por moradia para "abrir mais a cabeça do povo". Os participantes foram divididos em três grupos: favelados, os que pagavam aluguel e os proprietários de casas com péssimas condições de habitabilidade e em loteamentos ilegais."

"Abrir a cabeça do povo" na verdade expressava uma preocupação de formação política que vinha mais dos militantes do PT e dos agentes de Igreja presentes no movimento.

Na perspectiva do seminarista participante da comissão, fé e política se articulam assim: "Qualquer pessoa age alimentado, age por uma mística, essa mística às vezes é a fé, outras vezes pode ser uma ideologia. A população é muito religiosa, ela

(49) Depoimento de um membro do CDDH)

tem essa visão e Deus muito presente. Às vezes é uma visão muito alienada, mas que à medida que você avança numa conscientização, no esclarecimento de uma visão política diferente, você pode estar avançando numa visão de fé também. De uma fé alienada para uma fé libertadora". (50)

As primeiras pessoas a apresentarem suas experiências foram os que tinham feito a ocupação na Vila Mara. O contato foi feito pela Pastoral local, com a Pastoral do Itaim Paulista, que havia participado da ocupação. Foram passados slides e a discussão se encaminhou no sentido de identificar que a única solução era a ocupação.

As reuniões cresceram. Lotavam a Igreja. A essa altura já eram mais de 500 famílias. Nas assembléias compareciam mais de 1.000 pessoas. Aí a comissão apresentou duas propostas: iniciar negociações com as autoridades e fazer um cadastramento do movimento para saber quem participava. A comissão dirigiu-se à Câmara Municipal e, junto aos vereadores do P.T., obteve o mapa da região. Não havia nenhum terreno público para se pedir a doação. Só havia o terreno da Santa Casa que poderia abrigar todas as famílias e a comissão resolveu pedir a desapropriação do terreno e a concessão do direito real de uso e posse da terra.

Neste momento, o movimento já tinha mais de um mês e a comissão resolveu pedir ajuda de uma advogada do Centro 22 de Agosto, da PUC, que fazia há anos um trabalho na região com o movimento dos loteamentos clandestinos. Foi o Centro de Defesa dos Direitos Humanos que convidou a advogada do 22 de Agosto.

O movimento marca uma reunião com o Prefeito e, acompanhado de parlamentares do P.T., apresenta suas reivindicações. A proposta era comprar o terreno da Santa Casa depois que o prefeito Mario Covas desapropriasse a área. Covas se nega a desapropriar e aponta o BNH como única saída. A comissão apresenta dados do cadastramento e mostra que os participantes do movimento

(50) Depoimento de religioso que participa do movimento.

Não possuem renda superior a 2,5 salários mínimos. Com isso a comissão comprova que os programas habitacionais do BNH não atendem a seus participantes. O prefeito conclui que não há solução possível e sugere que a comissão se dirija à Secretaria da Família e do Bem Estar Social.

A comissão vai à FABES e após 3 meses de negociações não obtém qualquer resposta a suas reivindicações.

Todas as sextas-feiras o movimento tinha sua assembléia e seus participantes carimbavam a presença em uma ficha distribuída pela Comissão. Quando o movimento foi à FABES, estavam cadastrados 1027 famílias. E foi preciso fechar o cadastramento porque havia sempre mais gente chegando. Muitos dos novos, que não haviam sido cadastrados, participavam também das assembléias mesmo sabendo que, desta vez, não teriam direito à terra.

A comissão foi ampliada, nas reuniões discutia-se a causa da falta de moradia, passavam-se slides, trocava-se experiências com outros movimentos. O apoio da Igreja foi fundamental: "...o movimento por moradia Filhos da Terra, ele cresceu quando o Centro de Defesa dos Direitos Humanos da Vila Paulistana passou a ter uma infra-estrutura, uma pessoa liberada que pudesse estar se dedicando mais tempo a isso" (51).

Nas assembléias se cantava muita música de Igreja e, quando o padre ia, se rezava. Mas se os padres participavam da assembléia, o bispo da região já sofria pressões dos padres mais conservadores das igrejas vizinhas. Quando ele soube que se estava pensando em ocupação, chamou os padres colocando-se numa posição contrária. Os padres, no entanto, se declararam comprometidos com o movimento, e que não tinham mais como retroceder. Criou-se uma situação tensa na Igreja, mas prevaleceu a concepção de respeito à autonomia do movimento... "a função da gente é ser educador, não é dizer o que eles vão fazer, é fazer com que eles se organizem e depois eles vão dizer o que eles vão fa

(51) Depoimento de seminarista.

zer..." (52).

Sete meses depois de ser iniciado o movimento começa a ser preparada a ocupação. "O povo dizia muito que tinha que ocupar. Sempre em assembléia eles dizem que tinha que ocupar a terra. A gente entra. A gente toma. Depois a gente compra". (53)

A comissão vacila. Insistia na necessidade de esgotar as negociações com a FABES. Toda semana era procurada a resposta da Secretaria e nada. Não havia resposta alguma. Finalmente a comissão assume a proposta e coloca em votação na assembléia. A aprovação é unânime.

Os preparativos para a ocupação provocam o surgimento de várias comissões: finanças, segurança, alimentação, levantamento de área, preparação da ocupação. A coordenação, numa última tentativa de negociação, procura a Secretaria da Família e do Bem Estar Social, mas não obtém qualquer resposta positiva. Na semana seguinte, a assembléia do Movimento dos Filhos da Terra aprova por unanimidade a ocupação. Estavam presentes parlamentares do PT e o administrador regional que, sem se anunciar, assistiu a assembléia em meio ao povo.

No mesmo dia, em seguida à assembléia, inicia-se a ocupação da área. Com tochas acesas, cantando, mais de 1000 famílias, em passeata, ocuparam o terreno. A primeira iniciativa foi construir o barracão comunitário nos 150.000 m² de propriedade da Santa Casa da Misericórdia. Pela manhã a ocupação era notícia e os jornais acorriam ao local.

Questionados quanto à posição da Igreja em face da ocupação, os religiosos ligados às atividades do Centro de Defesa dos Direitos Humanos se pronunciam da seguinte forma:

"... O C.D.D.H. sempre esteve no apoio do movimento,

(52) Depoimento de um dos padres envolvidos.
(53) Depoimento de liderança do movimento.

mesmo durante a ocupação. A ocupação foi uma forma de pressão para fazer com que a coisa viesse a ter uma solução, foi um passo dentro da luta. A decisão foi do movimento de fazer a ocupação, o Centro sempre foi apoio ao movimento, sempre esteve apoiando as decisões do movimento e não era nesse momento que a gente ia tirar o corpo fora ou deixar de apoiar o movimento". (54)

Uma das primeiras providências da comissão coordenadora foi elaborar uma carta pedindo o apoio das igrejas, das comunidades, das entidades populares da região. A carta foi levada por um grupo de mulheres ao bispo da região, D. Joel. "Aí começamos a tentar trazer apoio. Muitas igrejas fizeram arrecadação de mantimentos e daí mandavam, mas ir lá, não iam. Então era uma ajuda assim, vamos ajudar... mas não tinha presença física".(55)

"Nós mandamos a carta prá ser lida em missa... nós fazíamos os contatos com a Pastoral da Juventude daquela igreja, com o próprio padre, a gente pedia e eles faziam a arrecadação. Mas não foi para todas as igrejas. Foi algumas". (56)

Esse apoio permitiu a manutenção da ocupação quando já haviam acabado os alimentos reunidos pelos posseiros. E havia também o sentido da solidariedade, que permitia a todos os posseiros se sentirem acompanhados nesta empreitada pelas comunidades de base, pelas entidades e movimentos populares da região. Também os diretórios distritais do P.T. na região fizeram a coleta de mantimentos.

Um mês depois da ocupação a Igreja promove no local uma missa com a presença do Bispo D. Joel. Dos padres da região, embora todos fossem convidados, apenas cinco estiveram presentes, sendo que destes, dois eram da Igreja local. De toda forma, a celebração revestiu-se de um caráter de solidariedade políti-

---

(54) Depoimento de seminarista.
(55) Depoimento de liderança do movimento.
(56) Depoimento de liderança do movimento.

ca ao movimento.

Desde o dia da ocupação a população que morava em volta do terreno da Santa Casa apoiou o movimento. Alguns cederam a água, outros ficaram junto e assistiram à ocupação. Era uma multidão e isso impressionou muito a todos os que moravam por ali.

A Santa Casa requereu no Judiciário a reintegração de posse da área e conseguiu. Os advogados que apoiavam o movimento - do 22 de Agosto, dos Direitos Humanos, do PT - conseguiram obstruir a liminar e sustar por três dias a ação de reintegração.

Quando estava se articulando a ação de reintegração de posse da área com apoio policial, um fato inédito ocorre: o comandante responsável pela expulsão dos posseiros se recusou a executar a ordem de despejo e pediu uma reunião com o Secretário da Justiça e a FABES. A questão do despejo deixou de ser competência do comandante de área e passou a ser responsabilidade direta do Secretário de Justiça e do comando central da PM.

Durante cerca de quarenta dias pesou sobre o movimento a ameaça constante da chegada das tropas. A polícia por várias vezes cercou a área para depois ir embora. A assembléia dos posseiros decidiu resistir caso a polícia tentasse desalojá-los. Ao sinal de que a polícia ameaçasse investir, deveriam ser colocados à frente dos policiais as mulheres e crianças, os homens ficariam atrás. Foram comprados dois caminhões de pedras e foram cortados paus como instrumentos de resistência. A resistência seria pacífica, mas se houvesse violência policial, os posseiros resistiriam lançando mão de paus e pedras.

O governo Montoro decide pela expulsão dos posseiros. Na mesma noite, uma comissão dos posseiros, acompanhada por parlamentares do PT, vai ao Palácio do Governo e responsabiliza as autoridades pelo sangue que irá correr pela manhã, quando a polícia invadir a área. Essa ameaça surte efeito e reabrem-se as

negociações, desta vez tendo como interlocutor o Secretário Estadual da Habitação.

O Secretário se compromete de que enquanto estivessem em negociação, a polícia não invadiria a área e propõe a evacuação da área pela população para que a Santa Casa se dispusesse a negociar a venda do terreno para os poderes públicos.

A comissão coordenadora do movimento decide propor em assembléia do movimento a evacuação da área desde que o governo providenciasse o alojamento dos posseiros em locais que os mantivessem juntos. Apostavam no fato de que o governo não encontraria acomodações para alojar 1027 famílias e nem se disporia a ficar alimentando e cuidando de cerca de 5000 pessoas. Nesta assembléia a coordenação se desgastou muito pois não podia declarar que se tratava de uma tática de luta, pois não tinham a intenção de deixar o terreno. Finalmente, depois de muita discussão e pedindo um voto de confiança de todos, ganha a votação por desocupar a área.

Essa decisão reabre as negociações com o Governo, que passa a procurar uma área para alojar a todos na região. Passam-se meses e o Governo não consegue encontrar uma área apropriada e nem se dispõe a assumir a responsabilidade pela saúde e alimentação dos posseiros.

O caso é devolvido à Secretaria Municipal da Família e do Bem Estar Social, situação que perdura até março de 1985, quando a Santa Casa resolve negociar a venda da área por preço simbólico. O programa FUNAPS da FABES paga o terreno em três vezes para a Santa Casa a um preço quase dez vezes inferior ao do mercado e esta repassa o terreno para os posseiros, dividindo o pagamento em 24 prestações mensais.

"Aí a gente deu como conquistada a área, depois de um ano de lutas. E foi só depois de terem recebido a escritura definitiva que o governo liberou a água e a luz na área. Os possei

ros ficaram um ano sem luz e água. As 819 famílias que permaneceram na área terminam com o movimento, dissolvem a comissão e criam uma associação de bairro, elegem uma diretoria para a associação. Essas novas iniciativas do movimento ratificam uma posição tomada anteriormente pelo Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana que, ao longo do processo de emergência de lideranças leigas do movimento, foi assumindo uma posição de apoio às instâncias organizadas do movimento e saindo progressivamente dos processos de decisão. "... A gente acha que o movimento dos Filhos da Terra, como movimento autônomo, criou a sua estrutura de organização e não é papel do Centro estar intervindo nesta estrutura de organização que já existe..." (57).

É de se notar também que as lideranças do movimento também entendiam que não deveria haver mais uma interferência do CDDH nas instâncias de decisão do movimento dos Filhos da Terra. Agora, trata-se de encaminhar as reivindicações que caracterizam a maior parte dos bairros da periferia: creche, pavimentação, esgoto, muro de arrimo, etc.

É importante destacar que das 1027 famílias cadastradas, o movimento só permitiu a ocupação efetiva da área para 819 destas famílias. Aqueles que não participaram da luta, que haviam ido a uma ou duas reuniões, que só queriam a terra, foram excluídos.

Esta conquista de um terreno particular de vastas proporções como é o da Santa Casa tornou-se uma referência de luta para muitos que, premidos pela necessidade, encontraram neste exemplo o caminho para sua união e para a luta pelo direito à moradia. Foi enfrentando as situações mais difíceis que o movimento se construiu e, graças a sua capacidade de união e de luta, ao apoio recebido pela Igreja, pelas comunidades, pelos movimentos e entidades populares, pelo PT, foi possível encontrar

---

(57) Depoimento de seminarista.

respostas para novas situações que configuravam o percurso dos conflitos e das negociações. Nesta luta se construíram símbolos e, neles, podemos ver, inequivocamente, a importância da Igreja e de seu trabalho pastoral: "Assim como o barracão comunitário se tornou um símbolo de luta, pois enquanto ele permanecesse de pé era porque a terra ainda era nossa, outro símbolo importante até hoje no movimento é uma cruz, levada em procissão, que é uma réplica da de Ronda Alta (RS) que lá também foi um símbolo de luta" (58).

A partir dos Filhos da Terra surgiu outro movimento que é o movimento da Terra Prometida, que conta com a participação de mais de 500 famílias. Desde seu início já era numeroso pois na primeira assembléia haviam mais de 1000 pessoas. A partir daí esse movimento passou por uma descentralização em 10 locais diferentes para reunião, dez bairros. Dez grupos diferentes sem nenhuma organização e isso exigiu a atenção total do Centro" (59).

A Relação Igreja, Partido, Movimento

A atuação da Igreja junto ao movimento dos Filhos da Terra trouxe para discussão uma série de questões acerca da importância da Igreja no processo de conscientização e mobilização popular.

Apresentamos a seguir dois pequenos textos que colocam questões sobre a relação da Igreja com o movimento, uma avaliação feita pelo próprio movimento sobre a presença e apoio da Igreja na luta e também um depoimento crítico de um agente pastoral envolvido nesta luta quanto aos limites da atuação da Igreja. Essas são contribuições importantes para uma avaliação posterior e mais global do tema do nosso trabalho.

---

(58) Documento do movimento.
(59) Depoimento de seminarista.

"A Participação da Igreja no Movimento dos Filhos da Terra"

A Igreja local esteve no apoio desde o início do movimento. São os padres saletinos e o Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Vila Paulistana.

As reuniões e assembléias foram realizadas no salão da Igreja, o material como papel, boletins, etc., em sua grande maioria eram doados pelos Direitos Humanos. Além da contribuição material a Igreja esteve presente participando da coordenação do movimento e das assembléias gerais.

No processo de ocupação a Igreja teve uma presença forte. Os padres estiveram presentes, as comunidades ajudaram na mobilização de apoio, etc. Houve tentativas de realização de atos ecumênicos que não funcionaram muito pois as demais religiões que se encontram na área tem um método de trabalho isolado. Muitos pastores proíbem a participação de seus irmãos nos trabalhos principalmente quando temos que enfrentar alguma autoridade. Eles sempre colocam que "é pecado desobedecer as autoridades".

Outra forma de ver a participação da Igreja é pelas manifestações espontâneas e populares. Quando o oficial de Justiça chegava ou quando anunciava que a polícia já vinha, muita gente se apegava a sua fé. Uns cantavam a música "segura na mão de Deus", outros pegavam a Bíblia e começavam a ler e dizer que aquela era a Terra Prometida.

Dentro do barracão comunitário apareceu um altar de Nossa Senhora Aparecida onde as pessoas colocavam flores, oferendas e se ajoelhavam para rezar; nas missas, na hora do Ofertório, eram oferecidos símbolos como: um punhado de terra, um barracão pequeno de madeira, etc.

Após um mês de ocupação foi realizada uma missa com a presença do Bispo D. Joel Ivo Catapan e outros padres da região ampliando assim o apoio da Igreja. Até esse momento o bispo não

tinha se pronunciado contra mas também não tinha se manifestado a favor.

Hoje funcionam na área vários grupos de famílias, é rezada uma missa uma vez por mês no terreno que doamos para construção de um centro comunitário e futura Igreja e de vez em quando são realizadas procissões. Continuamos a ter a assessoria dos Direitos Humanos e do seminarista além de ter apoio material quando precisamos.

A Igreja teve grande importância na organização do nosso movimento. Ela trouxe valores importantes que foi fator de união entre as pessoas. Ajudou na metodologia buscando sempre a participação coletiva.

Seria bom lembrar algumas colocações feitas durante a luta que nos ajudou:

1- Deus não deu título de posse pra ninguém;
2- "A primeira grande ocupação que marcou a história da humanidade foi orientada por Deus. Trata-se da entrada triunfante do povo hebreu na Palestina, após terem sido libertados da escravidão do Egito. Os Filhos da Terra, saíram da escravidão do aluguel para entrarem na terra da sua casa;
3- A Terra é de todos disse Deus à Adão: toma e cultiva, tira dela o seu pão". (60)

A Avaliação do Trabalho da Igreja Por Um Agente Pastoral

"Na região norte a Igreja é muito reacionária. E para a gente estudar os slides da Arquidiocese sobre fé e política teve que juntar várias pastorais: Pastoral Operária, Direitos Humanos, etc. Eram umas trinta pessoas entre padres, freiras e leigos. Depois dos slides estudamos o que significa eleições, Estado, transformações, etc.

(60) Extraído do documento: "História do Movimento por Moradia "Filhos da Terra", redigido pela coordenação do movimento.

Estudamos as propostas de todos os partidos, inclusive das organizações de esquerda. E chegamos à definição de nos engajarmos no PT. Foi uma longa discussão que se centrava na preocupação de que o trabalho partidário engolisse o trabalho pastoral; no final, se chegou à conclusão que tinha que se engajar no partido mesmo, mas com o cuidado de não instrumentalizar a pastoral. Aliás, a linha da PO é preparar o militante para se engajar no sindicato, no partido, etc. Então tinha que se colocar isso em prática.

Entraram para o PT uns trinta meninos que eram da Pastoral da Juventude, da Pastoral Operária, dos Direitos Humanos. Isso deu um salto de qualidade no PT de lá porque todos estavam engajados com os movimentos populares.

Quando chegaram as eleições de 82, começaram também as discussões sobre eleições, parlamento, entra ou não entra? Concluiu-se pela participação e começamos a escolher candidatos. O grupo cresceu e alugou uma sala para o PT. Tinha gente de vários bairros, era uma coisa informal dentro do PT. Da lista de candidatos do PT, escolhemos com quem íamos trabalhar. Na campanha o grupo cresceu. De 30-40 pessoas no início, chegamos a 150 no dia das eleições. Os candidatos que apoiamos, que não eram da região, tiveram uns 4000 votos lá por conta do nosso trabalho.

Depois das eleições veio a renovação dos diretórios do PT. Aí a gente filiou, formou núcleos, transferiu títulos, entramos formalmente para a estrutura do partido. E disputamos as eleições nos três diretórios da região. Num deles a nossa chapa era chapa única, nos outros dois disputamos com outras chapas. Ganhamos em todos os diretórios. A gente usava o mesmo programa para os três diretórios, só os nomes eram mudados. Nos acusavam de ser uma tendência.

Aí entra o problema da relação da Igreja com o traba-

lho popular, da Igreja com os partidos, as tendências, as organizações de esquerda. Você trabalha 10 anos na Igreja, 10 anos de Pastoral da Juventude, Pastoral Operária, Centro de Defesa. Aí você entra no PT e isso cria um rebuliço, reuniões, etc. Só porque você está no PT ficou diferente? O que mudou? Mudaram eles, não nós. A gente está na caminhada.

Enquanto a gente está ali, debaixo da saia, está bom. Mas se a gente começa a fazer o que diz o discurso da Igreja, esse negócio que tem que se engajar, aí dá problema. Isso a gente vê na Pastoral Operária, etc. Então o pessoal não se lança no sindicato, na oposição, no partido. Fica fazendo novena, campanha da fraternidade, etc. E quando o pessoal descola disso dá problema.

A Igreja conscientiza o indivíduo quando ele tem capacidade de discernir, resolve entrar para o sindicato, para um partido, isso é uma coisa que não está prevista pelo padre, pela freira, pelo agente pastoral. E eles não participam disso. E quando eles sentem que o indivíduo vai sair do controle deles, vai ter contato com outras pessoas, outras idéias, eles seguram a rédea. E não é só em relação ao PT. Aconteceu também com a Associação de Trabalhadores da região. Eles não estavam dentro, não tinham controle, então ficou aquele questionamento com medo de perder a rédea..." (61).

Como diz Clodovis Boff, a Igreja fornece princípios, critérios, diretrizes de ação, em suma orientações gerais. Seu trabalho é de despertar as comunidades, trata-se de um trabalho de iniciação à política. Quanto à concretização destas orientações gerais em proposições políticas, a Igreja deixa este espaço à opção individual de cada um. (62)

Este tem sido um problema grave para a Igreja, pois e

---

(61) Entrevista com um agente pastoral.

(62) Boff, Clodovis; "Os cristãos e a questão partidária"; Tempo e Presença, nº 212; Centro Ecumênico de Documentação e Informação; São Paulo; 1986.

la vê seus quadros sendo absorvidos por organizações, partidos, e essa militância os afasta do trabalho pastoral.

Este êxodo da militância pastoral para a militância política é um fenômeno que ocorre em toda a América Latina, particularmente na América Central, no Chile e no Brasil.

A Teologia da Libertação se baseia na tradição católica, resgata num certo sentido a visão milenarista presente na cultura popular e a coloca na ótica do oprimido e da sua libertação. Mas não ultrapassa o reino das utopias. Não se preocupa com as mediações, que são justamente o reino da política. Neste sentido, os quadros formados pela Igreja se vêem carentes de orientações práticas para sua prática pastoral. A Igreja acaba caindo num basismo e serve de base a grupos políticos que possuem uma análise de estratégia e tática e proposições concretas de mobilização.

A discussão no interior da Igreja, hoje, é justamente se os cristãos devem ou não se articular para, coletivamente, influir nos processos políticos, na definição de estratégias e táticas. Embora não se coloquem a criação de um partido próprio, discutem a possibilidade de se constituir enquanto corrente nos partidos de caráter popular.

As posições que eu considero mais avançadas no interior da Igreja afirmam a necessidade do compromisso dos cristãos com a luta pela democracia. Não na formação de uma tendência ou corrente própria da Igreja. (63)

Há também a se considerar as contradições internas da Igreja. A questão da democracia subverte a ordenação hierárquica do clero. De um lado, os bispos são poderes plenipotenciários nos seus domínios, os padres e freiras aparecem enquanto autoridades menores junto às CEBs, enquanto as Comunidades Eclesiais de Base se regem por princípios altamente democráticos. Há

(63) Souza, Herbert de; "Os cristãos e a democracia"; Tempo e Presença, nº 214; Centro Ecumênico de Documentação e Informação, São Paulo; 1987.

um conflito entre os agentes pastorais leigos que trabalham a comunidade e a hierarquia da Igreja.

Como se resolvem estes conflitos, são os estudos de cada caso que vão indicar.

O que talvez seja um veio de interpretação, é que o "aggiornamento" da Igreja, o seu compromisso com o popular assumido na dinâmica das CEBs pode ter ultrapassado os limites de tolerância da instituição.

4.3. As Ocupações na Zona Leste

4.3.1. A Ocupação de Monte Taó

> "Meu marido sofreu um acidente. Então aí já começou a oprimir a situação, nós já começámos a ficar apurados. Então atrasou o aluguel, virou uma bagunça total em casa. Aí então surgiu isso aqui..."
>
> "Com o aumento do salário, aumentou água, aumentou luz, aumentou o aluguel. Aonde é que o pobre vai parar se não invadir mesmo os terrenos vazios que estão aí?".
>
> "Prá onde é que nós vamos? Como é que o pobre vai fazer? Eu não sei como é que nós vamos viver. É pegar e mandar matar tudo, tudo e não ficar ninguém. Ou Deus mandar uma faísca, matar todo mundo, que acaba com tudo".

Esses depoimentos foram das primeiras famílias que ocuparam o terreno da prefeitura na Rua Monte Taó, no Jardim Camargo Novo, bairro de São Miguel Paulista, zona leste de São Paulo, no dia 30 de maio de 1981. (64)

A história desta ocupação começa com o despejo de duas famílias que, não tendo onde morar, procuraram uma área da prefeitura para ali instalar um barraco. Depois de muita procura,

---

(64) Depoimentos colhidos pelo Grupo de Educação Popular da URPLAN/ PUC-SP, junto aos posseiros do Monte Taó.

encontraram uma área, à beira de um córrego, na Rua Monte Taó, e para lá levaram seus pertences e começaram a construir seu barraco.

Em frente ao terreno que começavam a ocupar havia dois locais importantes: Um bar e seu dono que, dizendo-se proprietário daquele terreno, chamou a polícia, os fiscais da prefeitura, contratou jagunços para tirar essas famílias que chegavam ao terreno. Esses homens começaram a tirar as tábuas das casas e a colocar os pertences das famílias na rua, os fiscais da Regional levaram o material que estava encostado no barraco de madeira em construção. Também em frente ao terreno existia a sede de um grupo de rua das comunidades de base da igreja local. O grupo, que estava reunido no momento em que a polícia e os fiscais agiram, suspendeu sua reunião para avisar a comunidade do que estava acontecendo. Decidiu apoiar as famílias despejadas e ainda fazer um levantamento de outras em igual situação. No mesmo dia, apesar das pressões, inclusive da ameaça de incêndio feita pelo dono do bar, as famílias resolveram, com a ajuda da comunidade, construir durante a noite.

Nos dias seguintes o clima foi de tensão com outras famílias chegando, a polícia fazendo rondas na rua, o dono do bar contratando moleques para jogar pedras nos invasores. A comunidade relacionou 20 famílias que estavam passando por grandes dificuldades e, juntos, resolveram organizar um mutirão durante todo o dia e toda a noite do dia 13/06 para construir. Diante disso, o dono do bar cercou de arame farpado a área e, quando um dos rapazes que havia participado da ocupação volta para casa e corta o arame farpado, o dono do bar ameaça-o com um revólver, chama a polícia e o rapaz vai preso. Avisada a comunidade, alguns foram à delegacia para ajudar o rapaz preso, outros foram chegando no terreno e despejando material de construção que ia chegando para o mutirão. Durante todo o dia e toda a noite as vinte e poucas famílias ocupantes, auxiliadas por mais de cem pessoas das comunidades da região, construíram suas

casas.

No dia seguinte, vindas em procissão do salão comunitário até o Monte Taó, com faixas de apoio, de incentivo à partilha da terra, de repúdio às opressões da polícia, da administração regional e do dono do bar, os integrantes das comunidades locais se concentraram na área da ocupação e assistiram uma missa celebrada pelo bispo da região, D. Angélico. A coleta dessa celebração foi em dinheiro e em doações de material para a criação de um fundo de apoio.

Uma comissão de 32 posseiros, acompanhada por membros da comunidade, foi até o prefeito levar uma carta de denúncia contra a polícia, a Regional, o dono do bar e um pedido para permanecer no terreno.

Outro expediente para reivindicar a posse da terra foi a participação de um grupo de 60 posseiros do Monte Taó em uma caravana do Movimento de Favelas à prefeitura. A caravana reuniu 500 pessoas que não foram recebidas pelo prefeito.

Esse processo todo levantava inúmeras questões: "Por que a prefeitura, a polícia, dá cobertura para um proprietário que já tem casa para morar, já tem casa para alugar e não dá cobertura aos pobres que não tem condição de pagar aluguel? Só existe dinheiro nesta história. Aí é o motivo de que eles estão fazendo o possível para nos tirar daqui. E eles estão fazendo mais opressão porque eles querem comer mais dinheiro." (65)

Outro momento de conflito é quando a Administração Regional envia fiscais com ordens de despejo e mais de 100 posseiros vão ao Administrador, juntamente com a deputada Irma Passoni e uma advogada do Centro de Defesa dos Direitos Humanos de São Miguel. O Administrador volta atrás em sua decisão e autoriza provisoriamente a permanência na área. Nesse mesmo dia a polícia prende mulheres e crianças atendendo a uma denúncia de um

(65) Depoimento de uma das participantes da ocupação colhido pelo GEP/URPLAN.

proprietário vizinho que não queria favelados no terreno vizinho ao seu. Em resposta às prisões a comunidade se mobiliza e mais de duzentas pessoas marcham rumo à delegacia. Estão na marcha padres e freiras. Antes mesmo de chegarem à delegacia as pessoas presas são liberadas.

Estes acontecimentos provocam a vinda ao terreno ocupado, no dia seguinte, do Secretário das Administrações Regionais, do Secretário da Família e do Bem Estar Social, do diretor da Secretaria do Trabalho, de um assessor do Secretário da Promoção Social, do Administrador Regional de São Miguel e de vários outros assessores. O Secretário da Fabes torna-se o mediador da situação e marca uma reunião com os posseiros.

Várias tentativas são feitas nos dias seguintes para desalojar os ocupantes. Os fiscais fazem plantão para impedir que sejam recomeçados os trabalhos de construção das casas inacabadas. O Administrador Regional, acompanhado de funcionários e policiais, traz dois caminhões e tenta levar o material de construção existente no local. Os moradores fazem piquete e não deixam os funcionários carregarem nem um único bloco. O Secretário da Fabes propõe então a remoção dos ocupantes para outra área, que seria vendida em prestações com o valor correspondente a 15% do salário mínimo.

Dias depois o Administrador Regional visita a casa dos padres do Itaim Paulista, e, numa atitude de ameaça, quer saber se os religiosos estavam instigando a ocupação e se existia na região algum religioso estrangeiro. Os padres responderam que se o povo estava invadindo um terreno isso se devia à necessidade e que a Igreja apenas apoiava, pois é importante que as pessoas tenham seu lugar para morar.

Em outubro já são cinquenta e sete famílias que ocupam a área. A prefeitura impetra ação de reintegração de posse e pede apoio policial. O juiz concede. O caso é comunicado à Comissão de Justiça e Paz pela comunidade e seu presidente entra em contato com o Secretário da Fabes.

Buscando sustentação popular para a permanência no terreno ocupado, seus moradores e a comunidade de Jardim Camargo Novo decidem promover uma celebração no terreno do Monte Taó. É formada uma comissão que passa a convidar todas as comunidades da região de São Miguel. Os advogados do CDDH tentam sustar a decisão do juiz.

No dia 15 de outubro é feita a celebração. Comparecem trinta comunidades da região total de 700 pessoas. Durante a celebração as comunidades manifestam seu apoio aos moradores e frizam a necessidade da união para se conquistar um pedaço de terra. No dia seguinte, a justiça susta por noventa dias o despejo. A decisão é comemorada e organiza-se uma nova celebração para agradecer a Deus, ao apoio dado pelas comunidades eclesiais de base, ao Centro de Defesa dos Direitos Humanos e suas advogadas.

Esta nova celebração ocorre num clima de vitória. As comunidades vão chegando em caminhada e se reúnem em torno da cruz improvisada, presa por blocos de construção, na Vila Monte Taó, como passam a chamar o terreno ocupado. Durante a celebração, representantes das comunidades falam da necessidade de continuar a luta, aumentar a união. Ao fim, é feito um pedido para que cada pessoa, cada comunidade, espalhe no seu bairro, em sua rua, que "nós devemos nos unir cada vez mais porque provamos que somos capazes de conquistar grandes vitórias para todo povo, até chegar a liberdade total, até acabarmos com todas as injustiças". (66)

Outra iniciativa da comunidade local foi redigir uma carta de apoio às famílias da Rua Monte Taó - Camargo Novo. Essa carta obteve 18.000 assinaturas em solidariedade aos moradores.

A carta de apoio dizia o seguinte:

---

(66) Depoimento de agente pastoral durante a celebração registrado pelo GEP/URPLAN.

"Nós moradores dos bairros do Itaim Paulista, participantes de comunidades, grupos e movimentos populares que lutam pelo bem comum e libertação dos pobres e oprimidos, nos solidarizamos às famílias da Rua Monte Taó, Camargo Novo que estão sofrendo para conseguir um pedaço de terra da prefeitura para construir seus barracos. Essas famílias não tem condições de morar devido aos aluguéis altíssimos e o salário de miséria que recebem.

Estamos unidos a vocês:

- na luta por esse pedaço de terra para construir seus barracos.
- na defesa dos seus direitos contra a opressão que sofrem por parte de pessoas desumanas e egoístas que não querem o bem do seu próximo.

Somos irmãos de vocês e queremos estar juntos em qualquer luta pela justiça e igualdade que vocês tiverem que enfrentar.

Na união, venceremos a opressão.

Nome do Grupo Bairro

(seguem-se as assinaturas)

A ocupação se consolida e a Vila Monte Taó passa a ser um exemplo de conquista de terra por um, movimento de ocupação.

4.4 Jardim Maia

A ocupação do Jardim Maia, na zona leste de São Paulo, começou de uma maneira espontânea, quando um grupo entrou em um terreno vazio da prefeitura e começou a capinar a área e dividir o terreno em lotes. Os funcionários da prefeitura chegaram e expulsaram do terreno as pessoas que lá estavam.

Esse mesmo grupo tomou a iniciativa de ocupar um outro terreno nas imediações. Novamente surgem os funcionários da prefeitura com o objetivo de expulsar os posseiros, mas desta vez estes são convidados para irem à prefeitura. Lá, foram oferecidas duas alternativas ao grupo: que eles fossem ou para a COHAB

-Itaquera ou para a Gleba dos Pêssegos, uma área loteada pela prefeitura para ser vendida a baixos preços. Somente duas famílias aceitaram a contraproposta do governo, os demais, um grupo de quarenta pessoas, decidiu permanecer na área ocupada.

Esse grupo estava carpindo o novo terreno e dividindo-o em lotes quando pessoas ligadas aos movimentos populares e ao PT foram até lá e entraram em contato com eles. O grupo, totalmente desinformado quanto à forma de promover a ocupação, foi esclarecido que, sem que se erguesse uma construção e esta fosse habitada por uma família, a prefeitura poderia facilmente desalojá-los novamente. E que isso não seria possível sem uma ação judicial se houvesse a construção habitada no local.

Em razão dessa conversa e do convite de se reunirem na Igreja para discutir a questão, a ocupação foi suspensa. No mesmo dia foi feita a reunião, com a presença de agentes pastorais. Eram pessoas que não podiam mais pagar aluguel e alguns já estavam despejados, sem lugar para morar. Os agentes pastorais, por sua vez, legitimaram a pretensão das pessoas que pretendiam ocupar o terreno, considerando justa sua iniciativa em razão da moradia, ser um direito inalienável de todo cidadão.

Uma série de decisões foram tomadas nessa reunião: a ocupação deveria ser feita através de construção, foi deliberado que a primeira construção a ser erguida seria feita por mutirão e que uma família deveria ocupar imediatamente a casa; os lotes deveriam ser padronizados; que se faria um cadastramento das pessoas integrantes do grupo para verificar da necessidade de cada um; que deveria se fazer um trabalho de esclarecimento junto aos vizinhos para contar com seu apoio; que todos os integrantes do grupo deveriam participar de todas as reuniões.

Nas cinco ou seis reuniões seguintes foi dado andamento nas propostas: foi redigido um boletim para ser distribuído entre os moradores das vizinhanças, fez-se uma coleta para arrecadar materiais de construção, o terreno foi medido, a ocupa-

ção do terreno foi discutida por todos. A ocupação foi marcada para ocorrer no dia 8 de julho de 1981. Foi eleita uma comissão coordenadora do movimento.

Nas reuniões, compareciam outras pessoas, parentes, conhecidos, que foram se agregando ao grupo que, no dia da ocupação, já tinha noventa pessoas. Outras trinta chegaram no momento da ocupação. Contavam com o apoio de advogados do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, do pessoal das comunidades, do grupo de jovens. No dia da ocupação o padre apareceu com o carro cheio de blocos e chegou a ajudar financeiramente uma das famílias mais necessitadas. Um vizinho permitiu a extensão de luz a partir de sua casa e cedeu a água também.

O mutirão começou a construir três casas. A polícia chegou várias vezes, rondava, perguntava, mas não prendeu ninguém. E assim, durante a noite toda foram construídas as três casas. Lá pelas cinco da manhã chegou a prefeitura e tentou derrubar os barracos. Os posseiros ligaram para o padre, o padre para o bispo e este foi na hora para lá e organizou uma corrente em torno das casas. Os empregados da prefeitura não tiveram coragem de derrubar as casas.

Durante a manhã seguinte foram distribuídos os boletins para os vizinhos, chegou o administrador Regional da prefeitura, os jornais e a televisão compareceram ao local. A comissão coordenadora, auxiliada por membros do PT e agentes pastorais, procura abrir negociações com o Administrador com o objetivo de ganhar tempo enquanto as construções subiam. Pela pressão política da imprensa e da Igreja o Administrador acaba por aceitar negociar. Ao final de alguns dias, a prefeitura reconhecia que não tinha condições de retirar os posseiros. A partir daí a comissão começa a negociar três reivindicações: água, luz e posse da terra.

Depois de três meses sem conseguir água e luz, a Comissão muda de tática e os posseiros começam a pedir a ligação de

água individualmente. Alguns foram atendidos. Quanto à luz, depois de muitos pedidos a comissão ameaça invadir a Eletropaulo, na mesma semana a luz é instalada. Quando a luz foi inaugurada houve uma festa entre os posseiros para comemorar a vitória. A ocupação se consolida.

4.5. Vila Mara

A ocupação da Vila Mara, na zona leste de São Paulo, próxima às duas ocupações ocorridas no Jardim Maia, ocorreu em agosto de 1981. Diante dos resultados das duas ocupações anteriores "o pessoal apareceu querendo ocupar e se organizando prá ocupar outras áreas".

A experiência do apoio a estes movimentos por parte das comunidades e dos religiosos fez com que estas pessoas que pretendiam ocupar uma área pública buscassem, também elas, a participação da Igreja no seu movimento. Houve todo um trabalho de preparação, de discussão. "O pessoal estudou um pouco cada área , escolheu áreas públicas para evitar o despejo, e afinal se resolveram por uma área". (67)

Acontece que algumas imobiliárias souberam que ia haver ocupação, e, a partir delas e da presidente da sociedade amigos de bairro local, as autoridades foram alertadas, houve uma visita da polícia aos moradores vizinhos da área, onde se dizia aos moradores que ficassem em suas casas à noite "porque poderia haver problemas".

Alertados da visita da polícia ao bairro, os membros do movimento, reunidos no Centro Comunitário da igreja para onde haviam trazido material de construção e tudo o mais, suspenderam a ocupação prevista para aquela noite. Uma visita pela área constatou a existência de dezesseis viaturas policiais presentes no bairro.

(67) Entrevista com uma religiosa da região.

"Mas o pessoal não desistiu. E resolveu na semana seguinte fazer a ocupação da área. Não houve problema nenhum". A ocupação foi pacífica, a polícia apenas rondava nas imediações, mas não chegou a intervir em momento algum.

Na organização do movimento havia uma comissão que estudava o local, fazia o cadastramento das famílias que realmente necessitavam, distribuía os lotes entre os participantes do movimento. Dessa comissão fazia parte um seminarista, uma religiosa da região também acompanhava a equipe que coordenava os trabalhos.

A Ocupação

A área que o movimento pretendia ocupar era muito pequena, daria talvez para assentar umas 60 famílias. Ao lado havia uma outra área da prefeitura que estava cercada a pedido da presidente da sociedade de amigos local, que morava em frente, por medo de que ocorresse uma ocupação. O pedido havia sido feito depois de ocorrida a ocupação do Jardim Maia. Havia ainda um outro pequeno pedaço de terreno público perto do grupo escolar, vizinho da área que seria ocupada pelo movimento.

Acontece que durante a ocupação começaram a surgir outras famílias que se instalaram nas áreas vizinhas, o que não estava no planejamento inicial da comissão. Como não havia terreno para todos, essas famílias que chegaram acabaram por derrubar a cerca do terreno público vizinho; no dia seguinte outras famílias que iam chegando ocuparam a área próxima ao grupo escolar. E a ocupação continuou, envolvendo agora uma área particular contígua, apesar dos alertas da comissão de que seus ocupantes poderiam ser despejados.

A prefeitura, depois de tentar negociar com os posseiros a sua saída da área e a compra de casas da COHAB, ao receber uma negativa do movimento, decidiu permitir a ocupação. É importante lembrar que a Administração Regional de São Miguel Paulis-

ta, nesta época, era controlada pelo PC do B; que apenas cumpria formalmente a obrigação de pressionar os posseiros para que saíssem das áreas públicas. De fato, foram até chamados a atenção por parte do prefeito de São Paulo, no sentido de não permitirem mais ocupações na região.

Nos dias seguintes à ocupação as casas iam subindo, já havia mesmo quem estivesse morando no terreno, aparentemente a ocupação se consolidava. Qual não foi a surpresa de todos quando, quinze dias após a ocupação, surge um oficial de justiça acompanhado da polícia para promover o despejo daqueles que ocuparam a área particular.

A ameaça iminente do despejo provocou uma mobilização geral no bairro. Acorreram ao local os posseiros que haviam ocupado no Jardim Maia, militantes do PT, membros do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, representantes de várias comunidades, advogados ligados ao PT e à Igreja, assistentes sociais. Foi chamada a Administração Regional, a Secretaria da Família e do Bem Estar Social, que só chegaram ao final da tarde e confirmaram que a ordem era despejar os ocupantes da área particular. As negociações apenas conseguiram que os posseiros tivessem um tempo para tentar recuperar o material empregado na construção de suas casas. Pouco tempo depois do acordo os oficiais de justiça ordenam a demolição das casas e expulsão dos posseiros. Um contingente de sessenta policiais militares garante a ação dos funcionários dos proprietários, contratados para promover a demolição das casas.

As setenta famílias que ocupavam essa área particular, revoltadas com a derrubada das casas e com o desabamento de uma parede sobre um dos seus, reagem e "uma verdadeira chuva de pedras foi arremessada contra os policiais, que são obrigados a recuar e a pedir reforço" (68). Essa reação parte de todos os posseiros das áreas tanto públicas como da área privada.

---

(68) "O Estado de São Paulo"; 11/09/81.

Luisinho, o ferido pelo desabamento da parede, é socorrido por uma perua da PM e levado para o pronto-socorro de São Miguel.

D. Angélico, o bispo da região, acompanhou todos os acontecimentos no local. Ao ser procurado por uma mulher com seis filhos para saber o que fazer, seu depoimento foi o seguinte: "Deus deu a terra para os homens e eles a roubaram. Não reconheço o direito de propriedade particular para a exploração do povo. Isso é um roubo porque o proprietário está confortavelmente sentado à essa hora, enquanto o povo sem terra está pisando na lama e sendo reprimido pela polícia". (69)

A Secretaria da Família e do Bem Estar Social decide alojar as pessoas expulsas da área particular na creche municipal do Jardim Maia, onde desde a tarde de sábado se instalam noventa pessoas. E se compromete a ceder para as sessenta e quatro famílias cadastradas pelo órgão uma área pertencente ao município, no Parque Santa Amélia, no Itaim Paulista.

Os posseiros das áreas públicas vizinhas não são incomodados.

No dia seguinte, domingo, com a participação das comunidades de base da região, todos os posseiros realizaram uma manifestação de repúdio a todo esse modo de proceder das autoridades, fizeram uma passeata pelo bairro. No final da passeata foram queimados bonecos que representavam Delfim Neto, o Prefeito de São Paulo e a presidenta da sociedade amigos de bairro, que se verificou, havia participado da iniciativa de expulsão dos posseiros. Os bonecos foram queimados em frente à casa da presidenta da SAB, que acabou por se mudar do bairro por força desta situação.

O apoio às ocupações de terra por parte da Igreja acabou sendo prioridade do Centro de Defesa dos Direitos Humanos da

---

(69) "O Estado de São Paulo"; 11/09/81.

região, que antes se preocupava mais com a questão da violência policial. Progressivamente, o CDDH foi se afirmando como uma assessoria aos movimentos de terra da região. Essa mudança de eixo de suas atividades se deveu à pressão popular e também à convicção de que "é um direito do povo ter o seu lugar para morar e por isso a Igreja luta para que esses direitos sejam assegurados, por isso ela apóia essa luta e tem de enfrentar situações difíceis na luta por assegurar esse direito". (70)

4.6. O Movimento dos Sem Terra

> "Terra não se ganha, terra se conquista. Se o povo não se unir, não se organizar, não conquistar a terra, ele irá realmente morar debaixo da ponte, em cortiço, vai apodrecer mas a terra não virá às mãos do povo".
>
> D. Angélico Sândalo Bernardino
> bispo da zona leste

O Movimento dos Sem Terra começou em maio de 1984, por iniciativa da equipe de Direitos Humanos da região de São Miguel Paulista, com o apoio de D. Angélico, bispo da região, que propôs o cadastramento dos sem terra da região.

Vários fatores influenciaram a decisão da equipe de Direitos Humanos em dar início ao movimento. O adensamento das favelas. O aumento insuportável dos aluguéis, o fato de grupos se organizarem nas comunidades e de ocorrerem várias ocupações na região. Outro elemento importante foi o fato da Secretaria da Família e do Bem Estar Social estar atendendo pedidos de auxílio para a construção de moradias com uma verba de projetos assistenciais; isso ocorre no início do governo Covas e permite, na região, o atendimento de 5 a 10 casos por mês. Em certo momento o governo corta essa verba. Por fim, a ocupação da Santa Casa pelos Filhos da Terra aponta a prática de ocupações e a participação da população nos movimentos que lutam por terra e mora

(70) Entrevista com religiosa da região.

dia como alternativa para os sem-casa.

Todos esses fatores levam a criação do Movimento dos Sem Terra, que nos seus três ou quatro primeiros meses de existência cadastra 6.000 famílias. O cadastramento tem o significado da entrada para o movimento e há o compromisso por parte dos participantes de comparecerem a todas as reuniões.

O movimento escolhe uma coordenação que se preocupa em buscar contato com outras experiências de luta pela terra, organiza todo um processo de assembléias por comunidades, por setores, por regiões e traz para as suas assembléias gerais representantes do Movimento dos Filhos da Terra, da zona norte, para contarem sua experiência de ocupação. Essa assembléia geral ocorre em agosto.

Em novembro de 1984, o movimento convida as autoridades para uma assembléia geral na igreja de São Miguel. Comparecem o Secretário de Habitação do governo do estado e o Prefeito de São Paulo, Mário Covas. Este último se compromete na assembléia a dar solução ao problema de moradia destas 6.000 famílias a partir da obtenção de verbas do Banco Nacional de Habitação, o BNH. Passam-se meses e a promessa não é cumprida.

O Movimento dos Sem Terra promove então outra assembléia geral e, desta vez, convida o governador Franco Montoro. Nesta assembléia Montoro promete 4.000 lotes para o Movimento dos Sem Terra. Isso em 20 de abril de 1985.

Passam-se os meses e nem a primeira promessa, a do prefeito, é cumprida. Até julho do ano seguinte, 1985, somente 337 lotes de terra haviam sido entregues ao movimento e o compromisso do prefeito para aquele momento - de entregar 1.000 lotes - fica no ar.

Durante todo esse tempo dezenas de contatos são feitos pela coordenação do movimento junto à Secretaria da Família e do Bem Estar Social, a FABES, e nada. As negociações estão paradas.

Frente ao impasse nas negociações o movimento decide ocupar a Administração Regional de São Miguel Paulista, órgão da Prefeitura de São Paulo. A decisão do movimento é questionada pelo bispo da região - D. Angélico -, mas frente à reafirmação por parte do movimento da intenção de ocupar a regional, D. Angélico se solidariza e é o primeiro a entrar no edifício quanda da ocupação. À tarde, no início da ocupação, os seus participantes já eram mais de 1.000 pessoas, à noite 2.000 famílias dormiram na regional.

A ocupação tem grande repercussão política, a imprensa cobre o acontecimento, a pressão política sobre o prefeito acaba por modificar sua posição inicial, que era de nada negociar enquanto a regional estivesse ocupada. Depois de muita resistência Covas abre negociações, aceita discutir com uma comissão na sede da Prefeitura, no Ibirapuera. Propõe que serão atendidas apenas as famílias de zero a um salário mínimo de renda mensal.

O movimento concorda com a proposta do prefeito, se retira da regional e cadastra todos seus participantes como tendo renda igual ou inferior a um salário mínimo mensal. No total, são cadastradas 1.200 famílias. Após cinco meses 637 destas famílias haviam sido atendidas e isso é considerado uma vitória do movimento.

"Depois que o movimento dos Sem Terra surgiu, já conseguimos mais de mil lotes e habitações. O governador esteve aqui na igreja de São Miguel e assinou a desapropriação de dois milhões e poucos mil metros quadrados que vão abrigar 4.000 famílias. Então o movimento têm o ânimo de vitórias conquistadas. (71)

Em setembro de 1985, numa assembléia das comunidades eclesiais de base de São Miguel Paulista que conta com a participação de 1.200 pessoas, a questão da terra é definida como uma das prioridades do trabalho pastoral da região. A partir daí

---

(71) Entrevista com D. Angélico.

se criou a Pastoral da região de São Miguel. A Pastoral se divide em três áreas: o Movimento dos Sem Terra, a urbanização de favelas e os terrenos clandestinos.

"A posição da Igreja é de estar apoiando os movimentos. Ela faz, ela tenta organizar naquilo que não existe organização. Ela cede espaço físico, seus recursos humanos e materiais para ajudar. A Pastoral da Terra tem uma carta de princípios na qual diz que... apóia todas as organizações de partidos, sindicatos, movimentos, sociedades amigos de bairro, tudo que leve à organização popular e à conquista da terra". (72)

Mas a pressão do movimento continua. Há uma consciência que vai se generalizando, amparada pelas vitórias conquistadas, de que a conquista da terra e da moradia depende da capacidade de organização e luta do movimento.

A posição da Igreja é claramente expressa pelo depoimento de D. Angélico: "o nosso compromisso de movimento não é de prometer terra, porque nós não temos para oferecer, nós prometemos criar um espaço de luta específica, uma luta de firmeza permanente, de reivindicação, povo na rua, de povo exigindo, de povo dialogando, pressionando, de povo ocupando inclusive terras... o povo não pode mais esperar". E o bispo da zona leste continua:... "ocupação para mim não é invasão, não é usurpação, é um método pacífico de pressão sobre as autoridades constituídas... a ocupação é um método de pressão libertadora da terra para que as pessoas fiquem naquela terra até que as autoridades tomem as devidas providências para que as famílias, afinal de contas, possam ter essa ou aquela terra que lhes possibilite uma vida digna". (73)

Em abril de 1986, o governo começa um novo cadastra-

---

(72) Entrevista com padre da região.
(73) Entrevista com D. Angélico.

mento para a distribuição de mil lotes na área desapropriada por Montoro. A estas alturas participam do movimento mais de treze mil famílias que se cadastraram e participam das reuniões. As dificuldades são grandes pois cerca de 40% dos participantes são analfabetos e desenvolvem sua capacidade de participação, participando. Há uma expectativa da parte de muitos dos integrantes do movimento de que a Igreja vai dar terra, de que o padre vai dar terra.

"O povo brasileiro, não por culpa própria, mas por causa de um sistema realmente estupidificante, é um povo alienado, que vota inclusive em inimigos do povo. É preciso que esse povo, através de todo um processo pedagógico, vá ganhando uma maneira nova de pensar, auto-confiança de agir. A medida em que o povo se capacitar e entender que ele mora em cortiço, favela, paga aluguel escorchante, não por culpa própria, mas por causa de um sistema injusto e que isso pode e deve mudar, a partir da união e organização do povo, então nós teremos o povo comprometido com o movimento. O estágio de consciência do nosso povo é dramaticamente terrível... é um povo de milhares de analfabetos, o povo está cansado do trabalho, está explorado, está esmagado no tempo. O povo vai devagar, o povo é muito maltratado pelas autoridades".(74)

Através desse depoimento podemos perceber a grande dificuldade com que se depara o movimento ao incorporar contingentes crescentes de trabalhadores sem nenhum tipo de participação anterior. Para dar conta deste desafio, a organização do movimento se estrutura em diversas instâncias: ao nível de cada bairro, onde se realiza uma reunião semanal aberta a todos os interessados e que reúne, por exemplo, em Ermelino Matarazzo, duzentas pessoas todas as quartas-feiras; ao nível de setor, onde os representantes de cada bairro se reúnem em uma coordenação regional, ao nível geral onde cada um dos dez setores manda de

(74) Entrevista com D. Angélico.

dez a quinze representantes, o que compõem o que se convencionou chamar do "grupo dos cem". Todas as reuniões são semanais e culminam, periodicamente, nas assembléias gerais do movimento, que reúne 3, 4, 5, mil pessoas.

O trabalho pastoral, como pode ser visto, é fundamental para a existência do movimento. E existe uma noção de direitos por parte dos participantes do movimento cujo fundamento é religioso: "nessa questão da terra, a santíssima vontade de Deus está muito clara, de que a terra é patrimônio de Deus. Todos os homens são filhos de Deus, somos irmãos e portanto a terra tem que ser apossada, tem que ser usada por todos os homens". (75)

Mas se a Igreja garante o nível de organização do movimento e o conteúdo das discussões, no momento dos embates com o Estado ela evita estar a frente dos acontecimentos: "a gente de Igreja, numa negociação, a gente evita o máximo de estar assumindo a frente; nós, padres, religiosos, que estamos com o movimento, quando tem uma negociação com a autoridade, a primeira coisa é que a gente nunca cumprimenta as autoridades, a gente nunca senta perto. E quando termina a reunião, a gente vai embora". (76)

5. Solo Urbano e Ação Pastoral

> "Consciente cada vez mais, da capacidade do povo de resolver seus próprios problemas, a Igreja, incentiva-o a participar em todas as decisões que lhe dizem respeito, apoiando as diversas formas de organização e mobilização populares, tais como os movimentos de defesa dos favelados". (77)

Sensível ao crescimento do conflito social nas grandes regiões urbanas em torno da questão da propriedade da terra a CNBB, em sua 20ª Assembléia Geral, em fevereiro de 1982, prioriza a questão do solo urbano como área de atuação pastoral.

---

(76) Entrevista com padre da região.

(77) Ítem 147 do documento "Solo Urbano e Ação Pastoral ", produzido pela 20ª Assembléia Geral da CNBB.

A introdução do tema "solo urbano" na discussão e nas prioridades de ação pastoral da Igreja Católica se deveu ao crescente número de ocupações coletivas que ocorreram nas principais capitais do país, à explosão do número de favelas nestas cidades acompanhadas do intenso adensamento nas favelas já existentes, à crise de moradia que atingiu as populações mais pobres em função da elevação dos aluguéis combinada com o aumento do desemprego e do arrocho salarial.

O problema social decorrente da crise de moradia das populações mais carentes torna-se objeto de discussão e deliberação da CNBB em razão do envolvimento das comunidades eclesiais de base e dos agentes pastorais - leigos e religiosos - nas lutas populares ligadas à questão da moradia: são os movimentos de favelados, as ocupações coletivas de terras públicas e privadas, a luta pela regularização dos loteamentos clandestinos.

Atendendo à pressão das bases e coerente com a opção preferencial pelos pobres assumida em Puebla, "a Igreja se propõe a conduzir a ação evangelizadora, caminhando e lutando ao lado deles (dos que vivem o problema da moradia), oferecendo-lhes seu apoio e as motivações da fé, sem os substituir jamais nas iniciativas e na condução de sua ação libertadora". (78)

Como forma material de expressar esse apoio, a Igreja oferece os serviços jurídicos de seus advogados para a negociação dos movimentos populares seja junto ao setor privado, seja através do poder judiciário. Coloca à disposição dos movimentos as Comissões de Justiça e Paz, as Comissões Pastorais da Terra, os Centros de Defesa dos Direitos Humanos "e outras formas de ação empenhadas em ações de defesa do direito ao solo e à moradia condigna para as populações necessitadas". (79)

Como fundamento teológico (e político) da sua definição em defesa dos movimentos de luta por moradia, a CNBB se pro

(78) Ítem 124 do documento da CNBB "Solo Urbano e Ação Pastoral".
(79) Ítem 157.

nuncia da seguinte forma: "Deus deu aos homens o uso dos bens da natureza para sua realização humana. Todos os homens, portanto, tem direito de acesso ao uso desses bens (80). O direito do solo urbano no sentido de garantir a moradia adequada é, portanto uma das primeiras condições para a realização de uma vida autenticamente humana. Portanto, no caso de muitas ocupações lentas e até nas "invasões", o título legítimo de propriedade, derivado e secundário, deve ser julgado diante do direito fundamental e primário de morar, decorrente das necessidades vitais das pessoas humanas... (81). "O direito à moradia, incluído entre os direitos universais e invioláveis (Declaração dos Direitos Humanos, 25) necessários para levar uma vida verdadeiramente humana, é requisito indispensável à sobrevivência da família". (82)

A luta pela posse do solo urbano se coloca, ainda segundo a CNBB, em razão "do rápido crescimento das cidades, da ávida especulação imobiliária e da lentidão e omissão dos poderes públicos, que coloca a população de baixa renda, cada vez mais numerosa, relegada ao seu destino no que se refere à questão da moradia". (83)

Para os bispos reunidos na CNBB, "a aceleração do processo de urbanização está transferindo para as cidades uma carga conflitual que poderá assumir as dimensões de uma confrontação entre os muitos que tem pouco a perder e os poucos que tem muito a perder. " (84)

Essa população mais pobre, relegada ao seu próprio destino, "tem encontrado as seguintes saídas para essa necessidade (de moradia): ocupação de áreas abandonadas ou, no momento, sem maior valor imobiliário; morros, mangue, áreas de terrenos,

---

(80) Ítem 79.
(81) Ítem 88...
(82) Ítem 89...
(83) Ítem 52...
(84) Ítem 125...

aluguel de habitações precárias e baratas e mais próximas do local de trabalho: cortiços e habitações similares; compra de lotes baratos nas periferias distantes..." (85)

O documento da CNBB, portanto, além de cobrar medidas urgentes da parte dos poderes públicos para enfrentar a questão de moradia das populações mais carentes, se solidariza e se compromete com as lutas populares em defesa do direito de moradia. Desta forma, a CNBB não somente respalda a ação das comunidades de base e dos seus agentes pastorais nos processos de ocupação de terra nas grandes cidades do país, como transforma a questão do solo urbano em uma questão política de primeira grandeza na conjuntura.

E, além de ressaltar as desigualdades sociais assumindo a denúncia dessa realidade: "Não podendo pagar aluguel ou as prestações de conjuntos habitacionais de programas públicos, cerca de 30% mais pobres no Sul e 60% mais pobres no Nordeste são levados a ocupar um terreno onde possam erguer o seu barraco" (86). A Igreja identifica as causas das desigualdades sociais no que diz respeito a questão da moradia: "a situação injusta da falta de moradia adequada para a grande parte da população é consequência da estrutura econômica do país que leva muitos a trabalharem por salários insuficientes e mantém os privilégios da minoria". (87)

Esse posicionamento da CNBB, claramente comprometido com a defesa dos despossuídos, é resultado de um processo interno de progressivo engajamento das comunidades eclesiais de base à dinâmica dos movimentos sociais e, a partir deste engajamento, um comprometimento da base de estrutura hierárquica da Igreja com os mesmos movimentos que passa a pressionar por sua vez instâncias superiores da instituição.

---

(85) Ítem 53...
(86) Ítem 54...
(87) Ítem 104...

A democratização de relação da Igreja com o povo acaba por ser uma via de duas mãos onde a Igreja Católica consolida suas bases sociais e organiza um número crescente de católicos nas CEBs, mas o faz graças ao seu comprometimento com as necessidades sociais e os movimentos reivindicatórios. Em várias das experiências aqui relatadas pudemos observar o quanto a Igreja disponibiliza de seus recursos materiais e humanos no apoio aos movimentos sociais e à organização popular. Os salões das Igrejas obrigam as reuniões, os boletins são feitos por ela, há padres e outros agentes pastorais disponibilizados em tempo integral para atuarem junto aos movimentos, etc.

Neste processo todo, a participação popular que assistimos nas organizações de base da Igreja Católica, essa vida coletiva, plena de energia, que se expressa nas práticas sociais das comunidades, contrasta com a estrutura hierárquica da Igreja, que dividindo-se em episcopados com grande autonomia de ação, acaba por ter no bispo local a autoridade máxima que garante ou impede o desenvolvimento deste trabalho pastoral.

Quando portanto a CNBB assume uma orientação de prática pastoral como posicionamento da Igreja frente à questão do solo urbano, estão presentes aí vários níveis de tensão: entre maioria e minoria no interior do próprio episcopado; entre as bases da Igreja mais comprometidas com os movimentos sociais e a sua alta hierarquia; mas de toda forma a criação de mecanismos democráticos de decisão, como é a própria CNBB, permite a convivência entre setores mais conservadores e setores mais progressistas e, ao regular o conflito ideológico interno através destes mecanismos democráticos, a Igreja se apresenta para a sociedade como uma instituição com o discurso unificado e progressista.

O que vale ressaltar nestas considerações é que o "aggiornamento" da Igreja depende da relação que esta instituição mantém com os movimentos sociais. E os rumos do trabalho pas

toral passam, à medida que os trabalhadores constroem sua capacidade de expressão política autônoma, a sofrer uma influência crescente da própria dinâmica do conflito social. Os limites desta influência recíproca Igreja/Movimentos Sociais e a sua qualificação dependem dos processos históricos locais, das particularidades que assumem as formas de intervenção da Igreja junto aos movimentos dos trabalhadores e destes na conjuntura política local.

6. Sobre as Ocupações e a Igreja

A reconstrução de alguns movimentos de ocupação de terras urbanas, feitas a partir de um corte onde se privilegiou a ação dos agentes pastorais e sua interpretação dos processos de organização e mobilização de trabalhadores em defesa do seu direito à moradia, sugere várias questões que dizem respeito à dimensão social e política da ação da Igreja junto a esses movimentos.

Em primeiro lugar é preciso reconhecer a importância do trabalho pastoral da Igreja Católica junto aos trabalhadores sem terra. Em todos os casos referidos neste trabalho a Igreja teve uma ação destacada, seja como agente organizador dos movimentos, seja como instituição de suporte e legitimação das reivindicações apresentadas ao governo.

A partir de uma noção de direitos que se funda na igualdade dos homens perante Deus, a Igreja acaba por estimular a ação reivindicatória de trabalhadores que em sua maioria não tiveram qualquer tipo de participação anterior em movimentos sociais. Trabalhadores que são na sua maior parte analfabetos e vivem numa condição de extrema pobreza, esmagados, como diz D. Angélico, pelo peso de um cotidiano de opressão que lhes retira inclusive seu auto-reconhecimento enquanto cidadãos com direitos sociais e políticos a defender em nossa sociedade.

Essa capacidade da Igreja em intervir na organização

e mobilização dos sem terra se explica não só pelo seu trabalho pastoral fundado na teologia da libertação, mas tem raízes históricas mais profundas. Ela mobiliza elementos da cultura popular que dizem respeito à própria formação social e política da sociedade brasileira. Reconhecendo a importância da religiosidade popular, da formação autoritária de nossas estruturas políticas, do populismo, a Igreja opera uma inversão ideológica e, em seu discurso, transforma estes signos de dominação em energia de transformação social.

O direito à moradia se funda na palavra do Pai, autoridade suprema sobre os destinos do mundo. E através de seus agentes pastorais a Igreja organiza o "povo de Deus" para a sua caminhada em busca da salvação.

A teologia da libertação e o processo pedagógico do ver-julgar-e-agir encarnam esta visão teológica da justiça e dos direitos humanos no processo histórico e através da relação que se estabelece entre Igreja e trabalhadores, ambos se fecundam e se transformam.

É preciso entender este processo enquanto um processo múltiplo, ambíguo, contraditório, diferenciado. Onde tanto na Igreja se manifestam contradições entre a hierarquia e as bases, entre centro e periferia, entre posições ideológicas; quanto nos movimentos dos trabalhadores também se faz presente a contradição. O método para seguir o fio desse processo é o de perseguir as experiências. Reconstruir a relação entre Igreja e trabalhadores no interior dos acontecimentos sociais de que ambos são protagonistas.

Neste sentido, a Igreja se manifesta principalmente através de seus agentes pastorais, daqueles que mantém uma relação diária com o "povo de Deus", povo este que desde Puebla e Medellin é, prioritariamente, o conjunto dos oprimidos. São estes mesmos agentes os principais responsáveis pela renovação da instituição, pelo seu "aggiornamento" na América Latina, pela

ampliação da base social militante da Igreja Católica.

Entretanto, para manter a própria legitimidade do discurso universal, a Igreja não explicita um projeto político e atribui esta responsabilidade ao conjunto dos trabalhadores, defendendo por isso a sua autonomia. Ela pode chegar, como de fato chega, a apontar a necessidade de superação das estruturas de dominação capitalistas, a pregar o socialismo como o caminho para a superação da exploração e da opressão nas relações entre os homens. Mas sua pregação é uma pregação de idéias, de uma utopia. O projeto político para se chegar a essa sociedade utópica a Igreja não explicita. Os passos na luta política tem que ser definidos pelos trabalhadores, em suas organizações populares, sindicais, políticas, nos movimentos sociais.

Ao assumir esta posição, a Igreja se nega enquanto agente político e, assim, passa a reconhecer nos partidos políticos entidades estranhas aos movimentos de trabalhadores. A questão da autonomia é encarada como preservação dos trabalhadores dos interesses "espúrios" dos partidos políticos. Esse discurso, contraditório com a realidade vivida nos bairros e fábricas onde os militantes partidários são parte integrante das entidades populares e dos movimentos sociais, coloca em conflito os agentes pastorais e a hierarquia da Igreja, a Igreja e os partidos políticos, a Igreja e outras formas de organização popular com projetos políticos mais ou menos definidos mas que não se articulam a partir da forma partido. É o caso das associações de trabalhadores que são vinculados aos MOSM - Movimento de Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo.

O que está em causa nesta discussão é a atuação da Igreja que, ao assumir que o povo organizado nos movimentos sociais é quem vai decidir os caminhos da luta social, acaba por defender o basismo e negar o papel dos partidos políticos enquanto direção política dos movimentos sociais. Se é verdade que são os movimentos sociais que transformam as relações de poder na soci

edade, também é verdade que eles não geram propostas globais por si e dependem para isso da intervenção dos partidos políticos comprometidos e intérpretes de seus interesses.

E é justamente neste espaço de relações contraditórias entre a Igreja, movimentos sociais e partidos políticos que reside o foco de nossa atenção.

No que diz respeito às ocupações de terra em São Paulo, pela ausência de outras forças, a Igreja acaba por ser o principal protagonista da organização e mobilização dos trabalhadores.

Essa intervenção vai aparecer de diferentes formas. Na zona sul, por exemplo, a experiência de um grande número de organizações populares, de uma tradição de lutas construída durante todo o período ditatorial, vai fazer com que os agentes pastorais tenham uma intervenção mediada por estas entidades quando não são eles próprios a liderança popular. Já na zona leste, onde as ocupações de terra ou se apoiam diretamente no trabalho da Igreja, ou dependem dela para sua sustentação, os agentes pastorais tem uma atuação mais direta na organização e mobilização dos trabalhadores. O mesmo que acontece na zona leste também ocorre na zona norte a se considerar a experiência dos Filhos da Terra.

A partir dessa observação, poderíamos qualificar a ação da Igreja como uma ação política? E neste sentido como fica a sua própria deliberação de estimular junto aos trabalhadores a sua filiação a sindicatos, entidades populares, partidos políticos? A prática dos agentes pastorais se reverte da ambigüidade: são militantes da Igreja e são também lideranças políticas.

Poderíamos qualificar as ocupações de terra como movimentos sociais? Seu horizonte é a conquista da posse da terra. Sua forma de ação é exercer pressão de massa sobre as autoridades públicas para que estas concedam e atendam suas reivindicações. Através da ação direta, da ocupação, estes trabalhadores introduzem sua presença no cenário político enquanto novos ato-

res sociais.

E é na sua relação com o Estado, com as autoridades públicas, com a repressão, que estes novos atores sociais se politizam. Passam a se perceber enquanto um coletivo formado por indivíduos que dependem uns dos outros para enfrentar a falta de moradia e as próprias autoridades constituídas que não só ignoram suas necessidades como se opõem às práticas de ocupação de terras.

Ao praticarem a desobediência às leis que regulam o direito à propriedade, ao obrigarem as autoridades públicas a reagirem às ocupações, seja através da negociação, seja através da sua expulsão dos terrenos ocupados, estes coletivos de trabalhadores politizam a questão urbana, criam uma situação de conflito que envolve todos os segmentos da sociedade, constituem-se em movimentos sociais.

A força política destes movimentos sociais está na afirmação de seus direitos de cidadania em contraposição à uma estrutura de poder que privatiza o espaço urbano e ao privatizá-lo busca expulsar seus cidadãos.

Mas também são claros os limites destes movimentos de ocupação. Através de sua ação eles se constituem enquanto grupos de pressão cujo horizonte não ultrapassa a reivindicação pela posse da terra. Sua perspectiva é a obtenção imediata de um lugar para morar e, se questionam a estrutura da propriedade da terra ou a gestão política das cidades, não possuem qualquer visão mais elaborada de como querem viver nas cidades.

E não podia mesmo ser de outra forma uma vez que os movimentos sociais, por suas práticas localizadas e referidas a reivindicações específicas, não são capazes de articular um projeto global para a sociedade na qual se inscrevem. Tampouco sua unificação é algo que dependa da própria dinâmica dos movimentos sociais. Esta possibilidade se desenha a partir de momentos parti-

culares da conjuntura política e depende, fundamentalmente, da intervenção dos partidos políticos e/ou de organizações que pela sua própria ramificação na sociedade sejam capazes de articular o que está disperso, somar as manifestações de luta que estão isoladas, construir propostas mais gerais de mobilização nas quais cada movimento se veja com seus interesses específicos representados.